

Cúpula do G77 reúne 134 países

Brasil defende fim do domínio tecnológico por punhado de ricos

Ricardo Stuckert - PR



Lula defendeu a luta por uma nova ordem econômica mundial

O presidente Lula discursou no sábado (16) em Havana, na abertura do encontro da cúpula do G77+China, que reúne 134 países em desenvolvimento. O encontro teve como tema central a busca de alternativas para o crescimento econômico e a importância da Ciência e Tecnologia. Para o líder brasileiro, o domínio tecnológico de um grupo de países ricos “reedita a relação de dependência entre centro e periferia”. Ele propôs a volta da “Comissão do Sul” para o estudo e o enfrentamento comum dos desafios da atualidade. **Pág. 3**

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.923 20 a 26 de Setembro de 2023

I
REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Cadu Gomes - VPR

Alckmin: “Estava em marcha um golpe. Bolsonaro atentou contra a Constituição”
O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o atentado do dia 8 de janeiro era uma tentativa de “golpe de Estado” e defendeu que todos os envolvidos “devem ser julgados” por seus crimes. “Para golpista é cadeia, não tem desculpa. A lei vale para todos, ninguém está acima da lei”, enfatizou o vice-presidente da República. **Página 3**

Nobel de Economia desmoraliza “ditadura fiscalista” anti-Brasil



Consequência das sanções dos EUA contra a Rússia, preços da eletricidade dispararam na República Checa
Multidão em Praga exige fim do apoio à Ucrânia e sanções dos EUA
Manifestantes ocuparam no sábado (16) as ruas de Praga, capital da República Checa, a partir da Praça de Venceslau, em repúdio à política do governo de apoio militar à Ucrânia e de respaldo para Kiev entrar na Otan. A multidão igualmente condenou a submissão às sanções dos EUA – apoiadas pela UE – que fizeram disparar a inflação a partir do veto ao gás e petróleo russos. Os preços da eletricidade na República Checa estão entre os mais altos da Europa. **Pág. 7**

O vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, que está em visita ao Brasil, afirmou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que a obsessão pelo equilíbrio fiscal e juros altos é errada. “Austeridade falhou em todos os lugares como instrumento para equilíbrio orçamentário”, destacou Stiglitz. “Dada a fraca conjuntura global, é ainda mais importante o Banco Central reduzir os juros. E é importante que a política fiscal do presidente Lula, o que falamos antes sobre impostos e despesas, a agenda de crescimento, seja adotada”, defendeu. **Pág. 2**
“Se não investir em chip, Brasil ficará atrás”, diz Marcelo Zuffo
“O Brasil vai ficar fora das 10 maiores economias do mundo se não passar a investir em semicondutores”, alertou o professor Marcelo Zuffo, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em audiência na Câmara dos Deputados. **Pág. 4**



ALLAN KARDEC*

Em plena convulsão de transição energética, o mundo se move para que cenário? Essa é a pergunta de um milhão de dólares, que muitos tentam responder. O fato é que a energia é essencial para qualquer povo e fundamental para a soberania de qualquer país. Para entender o que acontece, os especialistas analisam a chamada “matriz energética”, no sentido de ter prognósticos de como serão os cenários futuros, levando em consideração tanto a transição energética quanto outros como o crescimento dos países assim como a batalha pela diminuição da desigualdade e do fim da fome.

A matriz energética mundial é o conjunto de fontes de energia disponíveis para atender à demanda de energia de um país ou do planeta. Essas fontes incluem petróleo, carvão, gás natural, energia nuclear, hidrelétrica, eólica, solar, entre outras. A composição da matriz energética varia de acordo com o país, dependendo de fatores como recursos naturais disponíveis, políticas governamentais, tecnologia e considerações econômicas.

Na figura que ilustra o início deste texto, mostramos a evolução dessa matriz no mundo ao longo do último século. Nesse cenário, o petróleo evoluiu como sendo a principal fonte de energia mundial, sendo fundamental para o setor de transportes. No entanto, devido à agenda climática e oscilação de preços, houve um esforço para diversificar as fontes energéticas em muitos países.

O carvão é uma das fontes de energia mais antigas e ainda é amplamente utilizado, especialmente na Ásia, para geração de eletricidade e mais recentemente retornou à matriz energética europeia, principalmente na Alemanha, por conta da guerra da Ucrânia e Rússia. No entanto, é também uma das fontes mais poluentes.

O gás natural é visto por muitos como a transição entre os combustíveis fósseis tradicionais e as fontes de energia renováveis, ou seja, é a “transição da transição”. Tem menos emissões de CO₂ do que o carvão ou o petróleo e tem sido cada vez mais utilizado na geração de eletricidade e várias outras aplicações. Ele tem crescido extraordinariamente, principalmente após a revolução tecnológica ocorrida nos Estados Unidos por conta do uso forte do chamado “gás não convencional”.

A energia nuclear é uma fonte de energia questionada devido a preocupações com segurança, resíduos nucleares e custos elevados de construção. No entanto, ela não emite gases de efeito estufa, e alguns defendem seu uso como parte da solução para as mudanças climáticas.

A capacidade instalada de energias renováveis, como eólica e solar, cresceu rapidamente nos últimos anos. Essas fontes têm a vantagem de serem sustentáveis e não emitirem gases de efeito estufa. No entanto, também apresentam desafios, como a intermitência de produção – fato muito lembrado por especialistas quando do último apagão que ocorreu no Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

A hidroelétrica é uma das principais fontes de energia renovável e é amplamente utilizada em muitos países, especialmente na América Latina e Canadá. No entanto, a construção de grandes barragens tem sido objeto de intensos debates quanto às questões ambientais e sociais.

Voltemos para a figura. O que você percebe? Em particular, vejo que a biomassa (lenha) conservou seu quinhão, sendo consumida desde quando ocorreu a Revolução Industrial, nos idos de 1800, quase a mesma quantidade. Só mostro desde 1900 porque antes basicamente era só lenha! Mas todas as outras cresceram em consumo: carvão, petróleo, gás, eólica, solar, nuclear. Todas, menos a nuclear e a lenha, que basicamente mantiveram seu espaço. Mais ainda: absolutamente nenhuma foi dizimada na história da Humanidade. Nenhuma desapareceu!

Leia o artigo completo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/quem-vai-matar-o-petroleo-por-allan-kardec/>

* Allan Kardec Duailibe Barros Filho, PhD pela Universidade de Nagoya, Japão, professor titular da UFMG, ex-diretor da ANP, membro da AMC, presidente da Gasmar

Artigo reproduzido do site imirante.com

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp 2 Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Stiglitz desmoraliza ‘ditadura fiscalista’ que asfixia o Brasil



Vencedor do Nobel de Economia, Joseph Stiglitz em visita ao Brasil

Economistas debatem desafios do novo PAC: Estado deve liderar o crescimento

A Fundação Maurício Grabois (FMG) realizou na última quarta-feira (13) a primeira mesa do Ciclo de Debates sobre o Novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – e o Projeto Nacional de Desenvolvimento no governo Lula. Participaram desta primeira mesa os economista Rubens Sawaya, doutor em Economia pela PUC de São Paulo, e Diogo Santos, doutorando em Economia pela UFMG. O professor William Nozaki, do BNDES, não pode participar.

A mesa foi coordenada pelo economista e professor Nilson Araújo de Souza e por Rosanita Campos, diretores da Cátedra Cláudio Campos da Fundação Maurício Grabois, e teve o apoio do jornalista Osvaldo Bertolino. O debate foi assistido ao vivo por centenas de pessoas pela TV Grabois e, ao final, houve algumas perguntas de internautas que foram respondidas pelos debatedores.

Abertura do debate



Rubens Sawaya (PUC-SP) e Diogo Santos (FMG)

sobre o PAC (reprodução)

Adalberto Monteiro, presidente interino da Fundação Maurício Grabois, dirigente nacional do PCdoB, abriu o evento destacando a importância do debate para o sucesso do plano de retomada do desenvolvimento do país, buscado pelo governo Lula, com o apoio do partido.

Os especialistas Rubens Sawaya e Diogo Santos esmiuçaram a terceira versão do Programa de Aceleração do Cres-

cimento (PAC III), lançada pelo governo Lula, e fizeram comparações com os programas anteriores, apontando os desafios da atualidade para que o programa seja vitorioso e possa contribuir, não só para a retomada do crescimento, mas também para a reindustrialização do país.

Veja mais no HP: <https://horadopovo.com.br/economistas-discutem-desafios-do-pac-e-apontam-que-o-estado-deve-liderar-o-crescimento/>

SUS pode alavancar industrialização na saúde, diz presidente do BNDES

“Se nós fazemos aviões, por que não podemos fazer fármacos de alta complexidade e ter uma indústria de saúde muito mais avançada e inovadora?”, questionou Mercadante

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu na última terça-feira (12) investimentos no complexo econômico industrial da saúde, responsável por 9,6% do PIB, visando reduzir a atual dependência do país em insumos, medicamentos e equipamentos estrangeiros.

Para Mercadante, é uma questão de soberania o Brasil avançar na capacidade de produção e inovação neste setor.

Destacando a importância do Sistema Único de Saúde e o desempenho que teve à frente no combate à pandemia da Covid-19, Mercadante afirmou que “o SUS tem um poder de compra gigantesco, e esse poder de compra precisa estar associado ao esforço de industrialização, de evolução científica, tecnológica e produtiva do Brasil”.

“Todos os acordos comerciais que nós estamos envolvidos há sempre uma tentativa de contenção do poder de compra do Estado”, denunciou. “No entanto”, prosseguiu Mercadante, “se vocês olharem os Estados Unidos, hoje, nós estamos vendo um Plano Marshall ao revés, que foi usado para reconstruir a Europa”. De acordo com ele, hoje os Estados Unidos estão centralizando na economia americana os setores mais dinâmicos e estratégicos da indústria.

Há três décadas, o Brasil produzia metade de todo insumo farmacêutico ativo (IFA). No entanto, diante do desmonte do complexo industrial nacional de saúde, o país, em 2021, importava 90% das matérias-primas, que dão aos medicamentos as características farmacêuticas que fazem os medicamentos funcionarem.

Mercadante destacou a

necessidade de uma mudança na política de preços. “Se a gente continuar comprando pela política de preço que o SUS faz com os produtos importados, não tem como a indústria nacional se instalar e se desenvolver. Tem que ter uma política que dê segurança jurídica aos servidores, que dê estabilidade, que dê segurança, para que a gente possa ter uma curva de preço para que o setor possa crescer, a indústria nacional possa se desenvolver e depois alinhar com as boas práticas e os preços a nível internacional”.

“Se nós fazemos aviões, por que não podemos fazer fármacos de alta complexidade e ter uma indústria de saúde muito mais avançada e inovadora?”, questionou Mercadante, após citar a Embraer, que contou com apoio financeiro do BNDES e hoje é a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo.

“A Embraer é um bom caminho por onde temos que voar para poder chegar aonde nós queremos”, disse Mercadante, acrescentando que o BNDES já financiou mais de 1,4 mil aeronaves da empresa.

O presidente do BNDES também questionou a política tarifária que durante a pandemia zerou a alíquota para 598 produtos. “Não tem como continuar assim, não tem como competir”, disse. “Você importa de uma empresa que tem escala global, que está presente e é hegemônica no mercado, com tarifa zero, você destrói qualquer chance de se produzir no Brasil”, afirmou.

Mercadante citou as Santas Casas hoje responsáveis por um grande número de internações no país e que estão passando por uma grave crise em função dos juros elevados. “A maior taxa de juro real do



Aloysio Mercadante

mundo. É inacreditável! O país que está batendo recorde de superávit comercial, que tem o quinto melhor resultado fiscal do G20, que tem reservas cambiais que poucos países em desenvolvimento possuem, um país que tem inflação abaixo dos Estados Unidos e da Europa, que melhorou o rating, nós temos esse atraso na redução da taxa de juros que aumenta o custo do capital”, criticou o presidente do BNDES.

Ao encerrar, Mercadante destacou que “não vão faltar recursos”, com taxas de juros especiais, para financiar projetos de inovação e parcerias para financiar a indústria de saúde.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/poder-de-compra-do-sus-pode-alavancar-industrializacao-na-saude-diz-mercadante/>

“Austeridade falhou em todos os lugares como instrumento para equilíbrio orçamentário”, destacou o Nobel da Economia, em entrevista à Folha de S. Paulo

O vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, que está em visita ao Brasil, afirmou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, em sua edição deste domingo (17), que a obsessão pelo equilíbrio fiscal e juros altos é errada. “Austeridade falhou em todos os lugares como instrumento para equilíbrio orçamentário”, destacou Stiglitz.

“Dada a fraca conjuntura global, é ainda mais importante o Banco Central reduzir os juros. E é importante que a política fiscal do presidente Lula, o que falamos antes sobre impostos e despesas, a agenda de crescimento, seja adotada”, defendeu.

“Não está claro para onde a economia global está indo. Os resultados do neoliberalismo foram tão ruins que houve um aumento da desigualdade, as pessoas na base não se saíram bem, não houve um efeito cascata. Há uma resposta antidemocrática, uma resposta fascista em algumas partes do mundo”, apontou o Nobel de Economia.

“Austeridade geralmente leva a um menor crescimento. Menor crescimento leva a uma menor arrecadação de impostos e a mais gastos com seguro-desemprego e rede de segurança básica. Então piora o déficit. Até o FMI reconhece que foi uma política errada. Se você coloca o crescimento no topo da agenda, a economia cresce, as receitas aumentam e o déficit diminui”, argumentou o economista norte-americano.

Ele apoiou as propostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de acabar com vantagens tributárias que permitem às pessoas mais ricas pagar menos impostos. “É muito bom para a economia [tributar os ricos]. Por muitas razões. O governo precisa da receita, e esse é o melhor lugar para obtê-la”, argumentou.

Segundo o economista essas medidas terão efeito positivo na economia brasileira. “Não é surpresa que os ricos digam: não nos tributem porque será ruim para a economia. Eu ficaria surpreso se eles não dissessem isso. É um argumento egoísta. Mas não tem base econômica”, afirmou o Nobel de Economia.

“Alguns grupos da sociedade civil gostariam que ele fizesse mais. Algumas pessoas ricas gostariam que fizesse menos. Considerando as dificuldades, ele [Lula] está fazendo um trabalho muito impressionante”, disse Stiglitz. “Seria bom para a economia brasileira e para todo o Brasil se o Congresso aprovasse os impostos mais progressivos que ele propôs. Eu iria ainda mais longe, mas o que ele propôs é importante”, acrescentou.

Segundo Stiglitz, “o Brasil é um dos países em que os ricos pagam menos impostos em relação à sua renda do que os pobres. Eles têm maneiras legais de evitar impostos. A maioria das pessoas é honesta, pagará sua parcela justa se for chamada a fazer isso. Se não for, não pagará”.

Justiça tributária, segundo o economista, “leva a uma sociedade mais igualitária”. “Não é uma visão de esquerda. O FMI, a OCDE, todos chegam à visão de que sociedades com menos desigualdade têm desempenho econômico melhor, do qual todos se beneficiarão”, prosseguiu.

Na opinião do economista, o que o presidente Lula está fazendo é a estratégia correta. “De duas maneiras. Ele diz: olha, vou tentar arrecadar mais, uma quantia moderada, das pessoas ricas que não estão pagando uma parcela justa. Ao mesmo tempo, vou usar parte desse dinheiro para promover o crescimento econômico, para a transição ecológica”, diz o economista.

Sobre a queda da inflação no EUA, Stiglitz disse que não teve nada a ver com alta dos juros. “Não tem nada a ver com o Federal Reserve. Eu dizia que isso é em grande parte uma interrupção do lado da oferta e uma mudança na demanda”, argumentou. “Os preços das moradias, em média, subiram 40%. Qual a solução para a escassez de moradias? Aumentar as taxas de juros e reduzir a oferta, ou reduzir as taxas de juros e aumentar a oferta? É muito claro. Não precisa ser um gênio para descobrir. O Fed piorou o problema, não ajudou a resolver”, afirmou.

“Cerca de um terço da inflação no início da pandemia veio dos preços dos carros. Por quê? Escassez de chips. Aumentar as taxas de juros resolve o problema? Não. Os preços dos carros baixaram. Foi por causa do Fed? Não. Conversei com executivos de montadoras. Eles descobriram como obter os chips. Os estoques aumentaram e os preços dos carros baixaram.

Para ele, algo semelhante ocorreu no Brasil. “E por isso que sua inflação diminuiu. Não é a taxa de juros. Foi a resolução dos problemas do lado da oferta, não a política monetária, que reduziu a inflação”, disse Stiglitz sobre a queda de inflação no Brasil. “Do ponto de vista da teoria econômica, pandemias, assim como as mudanças climáticas, são externalidades. Os mercados não conseguem lidar com externalidades. O governo nos salvou”.

“Os países onde havia mais confiança no governo se saíram melhor. EUA e Brasil, onde havia um governo que era terrível, não se saíram tão bem”, prosseguiu. “A outra coisa que aprendemos”, disse Stiglitz, “é que os mercados não funcionaram muito bem na recuperação pós-pandemia. Tivemos todos os tipos de escassez de suprimentos. O mercado não foi resiliente”.

Joseph Stiglitz é PhD em Economia pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). É professor da Universidade Columbia, em Nova York. Foi economista-chefe do Banco Mundial e presidente do Conselho de Assessores Econômicos no governo do presidente Bill Clinton. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2001.

IBGE: produção industrial recua em 14 dos 15 locais

A produção industrial brasileira recuou 0,6% na passagem de junho para julho, resultado de queda em 14 das 15 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados da Pesquisa Mensal Industrial Regional foram divulgados na quarta-feira (13).

Bernardo Almeida, analista da pesquisa, aponta o cenário econômico de juros altos como o principal fator para a situação industrial brasileira atual.

“É possível perceber uma perda de ritmo na indústria nacional como um todo, que pode ser observada desde

março, quando atingiu um crescimento de 1,1%. Isso pode ser explicado pela conjuntura atual, pela taxa de juros que ainda se encontra em um patamar elevado, o que pressiona a linha de crédito disponível para o investimento. Isso recai diretamente sobre a cadeia produtiva, sobre as tomadas de decisões por parte dos produtores, já que o investimento se torna mais caro. Isso vale também para os resultados regionais, com um cenário disseminado de resultados negativos em 14 dos 15 locais pesquisados”, diz o pesquisador.



Presidente se solidariza com família de Heloísa, vítima de abordagem violenta da PRF: “Não há nada o que console”

A morte da menina Heloísa dos Santos Silva, de 3 anos, ocorrida no sábado após ficar internada no Hospital municipalizado Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, causou comoção e indignação em todo o país. Em suas redes sociais, o presidente Lula se solidarizou com a família e afirmou que perder uma vida pela ação de quem deveria cuidar da segurança da população é algo que não pode acontecer.

“Morreu hoje a pequena Heloísa dos Santos Silva, de 3 anos, atingida por tiros de quem deveria cuidar da segurança da população. Algo que não pode acontecer. A dor de perder uma filha é tão grande que não tem nome para essa perda. Não há o que console. Meus sentimentos e solidariedade aos pais e demais familiares”, postou Lula neste sábado (16).

Heloísa foi atingida por um disparo feito por um agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante uma abordagem ao carro onde ela estava com os pais, a irmã e uma tia. O Ministério Público Federal (MPF) solicitou que a Polícia Federal realize uma nova perícia no veículo da família e nas armas usadas pelos policiais envolvidos na ocorrência para saber se foram disparados mais tiros que os 3 relatados pelos policiais.

Heloísa morreu na manhã deste sábado (16). Ela foi atingida por dois tiros de fuzil, na coluna e na cabeça, após passar por uma blitz da PRF na altura de Itaguaí, no Arco Metropolitano, voltando da comemoração do feriado do Dia da Independência, no dia 7 de setembro. Heloísa foi a 11ª criança a morrer vítima de tiro neste ano no Rio de Janeiro. Esse número é quase três vezes maior do que o de todo o ano passado, quando quatro crianças morreram por conta da violência.

Lula Marques/EBC



Cabo Marcela Pinno depõe na CPI do Golpe: nunca vi “tamanho agressividade”, diz PM ferida e jogada da cúpula do Congresso

Em depoimento na CPI do Golpe, em funcionamento no Congresso Nacional, na terça-feira (12), a cabo Marcela da Silva Moraes Pinno, da PMDF (Polícia Militar do Distrito Federal), disse que nunca havia visto “tamanho agressividade” e “violência” em manifestação como na do 8 de janeiro dos bolsonaristas.

A policial militar fez a declaração em depoimento na CPI que investiga os atos extremistas que resultaram na invasão das sedes dos Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, em Brasília, em 8 de janeiro.

“Tenho, sim, experiência em linhas de choque, em atuações de choque, mas quero deixar claro que, jamais, nesses 4 anos de atuação, eu estive diante de tamanha agressividade”, disse. A policial atuou no dia 8 de janeiro e foi jogada da cúpula do Congresso de uma altura de 3 metros. “Era perceptível que eles estavam organizados”, afirmou.

INEDITISMO Para Marcela, a “violência” dos vândalos

foi responsável pelo ineditismo da situação.

“Foi um dos confrontos mais violentos que tivemos. Eles [comandantes] ordenaram que posicionássemos a tropa na cúpula. No momento que começamos o posicionamento, os manifestantes começaram a nos cercar na N1”, contou.

“Voltei para socorrer meus colegas, com meu escudo. Por volta de 20 pessoas estavam mais violentas. Eles nos atacaram com os gradis, a própria estrutura que é feita para impedir que eles invadam o gramado”, continuou.

“Um coquetel molotov chegou a bater no meu escudo, mas ele falhou. Fomos jogados, empurrados mesmo, do alto da cúpula. Eu caí de 3 metros de altura e, depois, consegui retornar pela lateral do Congresso.”

Soldado da PMDF à época dos atos golpistas, Marcela Pinno foi promovida pelo governo do Distrito Federal a cabo em maio. A promoção foi justificada como resultado de ato de bravura e coragem.

M. V.

No G77: Lula critica domínio tecnológico dos países ricos

Reprodução



Presidente discursou na reunião do G77 e defendeu novas relações internacionais

“Estava em marcha um golpe. Bolsonaro atentou contra a Constituição”, diz Alckmin

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o atentado do dia 8 de janeiro era uma tentativa de “golpe de Estado” e defendeu que todos os envolvidos “devem ser julgados” por seus crimes.

“Para golpista é cadeia, não tem desculpa. A lei vale para todos, ninguém está acima da lei”, enfatizou.

O STF julgou, até a quinta-feira (14), os três primeiros denunciados por participação no ataque golpista. As condenações variaram entre 14 e 17 anos de prisão mais multa.

Alckmin, em entrevista para Miriam Leitão, na GloboNews, disse que não tem “a menor dúvida de que

estava em marcha um golpe de Estado no Brasil” no dia 8 de janeiro.

Ele ainda destacou a influência de Jair Bolsonaro para que o ataque acontecesse. “E lamentável que a gente tenha [tido] um presidente que atentou contra a Constituição brasileira e que fez campanha para desmoralizar a Justiça Eleitoral”.

“Todos devem ser julgados. (...) E eu vou dizer mais: quanto mais alta a responsabilidade, a autoridade do cargo, maior tem que ser o compromisso com o cumprimento da lei. Todos nós devemos estar sob o manto da Constituição, essa é a lógica da República. É muito triste o que aconteceu

no Brasil. Se perdendo o eleição eles fizeram tudo isso, imagina o que fariam se tivessem sido eleitos”, continuou o vice-presidente.

Em suas redes sociais, Geraldo Alckmin comentou que o STF “está, uma vez mais, cumprindo com zelo seu papel de guardião de nossa Constituição, ao decidir com firmeza contra aqueles que atentaram contra a democracia brasileira e o patrimônio público”.

“O 8 de janeiro de 2023 serve para nos lembrar que a democracia é uma obra coletiva e cotidiana, que exige diálogo, tolerância, inclusão e respeito por nossas instituições”, disse.

Rosa: “o lado mais sombrio” das fake news “mostrou sua face nos ataques covardes do dia 8 de janeiro”

Rosinei Coutinho/STF



Ministra Rosa Weber, presidente do STF, no evento

fomentando a intolerância e, em última análise, a violência”, acrescentou.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, afirmou que a circulação de fake news nas redes sociais foi parte do plano de ataque contra a democracia e defendeu que o combate à desinformação precisa ter como base a regulamentação das plataformas digitais.

Para o ministro, que tem destacada atuação no combate à desinformação e ao golpismo, o Estado brasileiro deve agir com educação, prevenção e repressão para impedir a disseminação de fake news.

A regulamentação das redes sociais, que faz parte da prevenção, é “necessária”, argumentou.

“O Congresso Nacional está discutindo, mas está devendo uma regulamentação. É necessário uma regulamentação com padrões mínimos. As Big Techs não podem continuar imunes à responsabilidade pela desinformação em cadeia que elas acabam propagando e atando a democracia”, apontou o ministro.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20), que tem como relator o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

O texto permite a responsabilização das plataformas pela circulação de conteúdo criminoso, como racistas, golpistas e de crimes contra crianças e adolescentes, além de outros mecanismos

Na avaliação de Moraes, o dia 8 de janeiro foi organizado usando os mecanismos de disseminação de fake news.

“Tudo foi organizado, no dia 8 de janeiro, tendo em vista a ‘festa da Selma’. Ou seja, pelas redes com uma série de mensagens fraudulentas e mentirosas, que se iniciaram lá atrás em relação a inexistentes e absurdas alegações de fraude nas urnas”, falou.

A professora Anya Schiffrin, da Universidade de Columbia, dos Estados Unidos, enfatizou que “não é necessário apenas excluir notícias falsas das plataformas. É preciso fomentar as informações com qualidade e credibilidade, e alguns mecanismos legais podem definir como será a transferência de renda das big techs para os criadores de conteúdos jornalísticos”.

O PL 2.630 tratava da remuneração de jornais e jornalistas pela circulação de material de sua autoria. O tema foi transferido para outro projeto, PL 2.370/20, para facilitar a tramitação.

Ao discursar em Havana, ele afirmou que “esta condição reedita a relação de dependência entre centro e periferia”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou no sábado (16), em Havana, na abertura do encontro da cúpula do G77+China, que reúne 133 países em desenvolvimento. O encontro teve como tema central a busca de alternativas para o crescimento econômico e a importância da Ciência e Tecnologia.

O presidente brasileiro iniciou o seu discurso saudando os presentes e condenando o bloqueio econômico imposto unilateralmente pelos EUA a Cuba. “Cuba tem sido defensora de uma governança global mais justa. E até hoje é vítima de um embargo econômico ilegal. O Brasil é contra qualquer medida coercitiva de caráter unilateral”, afirmou Lula. “Rechacemos a inclusão de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo”, acrescentou.

Lula destacou que as assimetrias ainda persistem no mundo e defendeu a unidade dos países em desenvolvimento na luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

“Há quase sessenta anos, tem sido um vetor de importantes mudanças nas instituições multilaterais. O G77 foi fundamental para expor as anomalias do comércio global e para defender a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional”, afirmou. “Infelizmente”, prosseguiu Lula, “muitas das nossas demandas nunca foram atendidas”.

“Nos últimos anos, tivemos um aumento na proporção do PIB mundial investido em pesquisa em desenvolvimento. Mas essa elevação não ocorreu de forma uniforme. A América Latina e o Caribe e a África subsaariana foram na contramão dessa tendência. Outras desigualdades persistem. É desanimador que as mulheres façam somente 31% do total de pesquisadores”, apontou.

“Precisamos reforçar nossas reivindicações à luz da Quar-

Coibir os crimes na internet é “inevitável e inafastável”, afirma Flávio Dino no Senado

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, defendeu em audiência no Senado, na quarta-feira (13), a agilidade do Congresso Nacional em relação à regulação das plataformas digitais. Para ele, coibir os crimes na internet é “um desafio inevitável e inafastável”, mas tem como obstáculo a “busca de perfeição”.

O ministro argumentou que é falsa a contradição entre defesa da regulação e a liberdade de expressão. “É falsa a antinomia (contradição) entre quem defende regulação e quem defende liberdade de expressão. Isso é uma falácia. Na verdade, quem defende a regulação defende a liberdade de expressão, que em nenhum país do mundo significa vale tudo. Liberdade de expressão é sempre regulada. Sempre, em qualquer país do planeta Terra. A família é regulada, o casamento é regulado, mas as plataformas digitais não podem ser reguladas em nome da privacidade? Isso é um paradoxo, uma contradição que não se sustenta de pé. Esse desafio de regulação é inevitável, é inafastável”, explicou.

“Quem defende a regulação das plataformas digitais defende a liberdade de expressão, que em nenhum país do mundo significa vale tudo. É uma falácia essa contradição, que não se sustenta em pé”

Para o ministro, “não existe lei perfeita, porque a linguagem é marcada pela ambivalência. O coração do cardiologista não é o coração do poeta. A mesma palavra pode ter múltiplos significados”, pontificou.

“Em temas de vanguarda, como inteligência artificial e internet, há uma busca de lei perfeita, que é idealista, não existe. Minha modesta sugestão é que temperemos essa busca de perfeição com ousadia. Se não acelerarmos o passo, teremos uma desregulamentação total, que é deletéria, ou teremos sempre legislações atrasadas”, afirmou o ministro.

“Se não acelerarmos o passo, teremos uma desregulamentação total, que é deletéria, ou teremos sempre legislações atrasadas”

O ministro da Justiça foi convidado para discutir as diretrizes do Poder Executivo na área de Direito Digital. O presidente da CCDD (Comissão de Comunica-

ta Revolução Industrial. Há duas grandes transformações em curso. Elas não podem ser moldadas por um punhado de economias ricas, reeditando a relação de dependência entre centro e periferia”, prosseguiu.

“A primeira é a revolução digital. Avanços como a computação em rede, a inteligência artificial, a biotecnologia de ponta e a digitalização trazem possibilidades que, há poucas décadas, sequer imaginávamos. Mas essas inovações possuem efeitos colaterais ameaçadores. Grandes multinacionais do setor de tecnologia possuem modelo de negócios que acentua a concentração de riquezas, desrespeita leis trabalhistas e muitas vezes alimenta violações de direitos humanos e fomenta o extremismo”, denunciou o presidente brasileiro.

Lula falou também que “a segunda grande mudança em curso no mundo é a transição energética. “A emergência climática nos impõe novos imperativos, mas a transição justa traz oportunidades”, disse ele. Ao relatar as iniciativas amazônicas de seu governo, Lula destacou que o Brasil pretende “aproveitar o patrimônio genético da nossa biodiversidade, com repartição justa dos benefícios, resguardando a propriedade intelectual sobre nossos recursos e conhecimentos tradicionais”.

O líder brasileiro defendeu a industrialização sustentável. “Faremos isso sem esquecer que não temos a mesma dívida histórica dos países ricos pelo aquecimento global. O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas permanece válido”, observou. “E por isso”, prosseguiu, “que o financiamento climático tem de ser assegurado a todos os países em desenvolvimento, segundo suas necessidades e prioridades. No caminho que a COP28, em Dubai, e a COP30, em Belém, será necessário insistir na implementação dos compromissos nunca cumpridos pelos países envolvidos”.

ção e Direito Digital) do Senado Federal, Eduardo Gomes (PL-TO), que defendeu a harmonização de temas como políticas, legislação e regulamentação do direito digital.

“Consideramos que a interlocução entre governo e Congresso Nacional facilita a criação de políticas públicas que garantam direitos e deveres dos usuários, empresas e governos, além de promover a transparência e a participação democrática no processo decisório que envolve o uso da tecnologia e da internet”, justificou o parlamentar no requerimento de audiência pública.

PL DAS FAKE NEWS O ministro falou sobre o tema em audiência pública, nesta quarta-feira, realizada na CCDD. Na ocasião, ele parabenizou a Casa por aprovar o PL 2.630/20, conhecido como PL das Fake News.

O PL é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Na Câmara, o projeto de combate às fake news é relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP)

O texto deve voltar às mãos dos senadores se for aprovado pela Câmara dos Deputados, onde aguarda consenso sobre qual deve ser o órgão regulador.

Dino também defendeu a aprovação do PL 2.628/22, que garante proteção a crianças e adolescentes em ambientes digitais. “Entre tantas preocupações, as crianças devem sempre estar na frente, pois são o público mais vulnerável”, disse.

PLATAFORMAS Nos dois casos, o ministro reitera a colaboração feita pelo ministério ao Congresso Nacional, de criar lei que amplie o dever de cuidado das plataformas digitais frente a conteúdos nocivos como pedofilia, fraudes e apologia à automutilação.

Para ele, a portaria editada pela Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que impõe medidas preventivas aos provedores de conteúdo, é insuficiente.

“Nós precisamos de leis, são temas novos. É possível uma regulação administrativa? Sim, claro. Mas ela nunca vai ser plenamente eficaz. É possível que o Poder Judiciário julgue? Sim, claro, mas isso não vai abranger a regulação do futuro”, disse Dino na audiência pública no Senado.

Fonte: Agência Senado

“Sem semicondutores, Brasil ficará fora das dez maiores economias”

Professor da USP defende na Câmara o investimento brasileiro na indústria de semicondutores que possui “grande relevância na segurança econômica do país”

“O Brasil vai ficar fora das 10 maiores economias do mundo se não passar a investir em semicondutores”, alertou o professor Marcelo Zuffo, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) na audiência conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, ocorrida na quarta-feira (13).

O evento contou com a participação de representantes do governo, da indústria e da academia. Todos os convidados reforçaram a necessidade de o Brasil estabelecer uma política estratégica de desenvolvimento da indústria de semicondutores.

Segundo ele, a indústria de semicondutores tem grande relevância na segurança econômica do país. “O Brasil tem um legado positivo no setor e não estamos sabendo aproveitar”, reforçou.

Professor sênior Marcelo Zuffo, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Segundo ele, todo país que não investir pesado nessa indústria, não terá como abastecer depois a demanda por chips de diversos segmentos da economia como, automotivo, agronegócio, o de telecomunicações, energia elétrica, etc. Também não terá chance de continuar a promover sua transformação digital.

Filho do cientista e engenheiro eletricista João Antônio Zuffo, um dos fundadores do Laboratório de Microeletrônica da Poli/USP – Marcelo lamentou que m 1968 o Brasil – cinco anos antes da Coreia do Sul – conseguiu através do seu pai desenvolver um chip dentro de laboratório que abriu as portas do Brasil para o nascimento da indústria de microeletrônica.

Esse setor chegou a florescer na década de 1970, mas depois acabou desmantelada nos anos de 1980 por uma série de erros na política industrial brasileira cometidos por governos. Cujo auge da burrice ocorreu entre os anos de 2019 a 2022 quando o país decidiu extinguir a Ceitec, única fábrica de semicondutores na América Latina que estava pronta para atender ao mercado, inclusive com contratos nos Correios e na Casa da Moeda que acabaram cancelados por pressão do Ministério da Economia.

As principais iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para

impulsionar o crescimento da indústria de semicondutores no Brasil foram apresentadas pelos representantes do MCTI. Duas ações destacadas foram a extensão até 2026 do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) e a Lei de Tecnologias da Informação e Comunicação (Lei de Informática).

Na exposição, o Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do MCTI, Henrique Miguel, compartilhou resultados significativos do Padis, incluindo um faturamento de aproximadamente R\$ 4 bilhões para a indústria nacional em 2022, investimentos de R\$ 120 milhões em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na área de semicondutores, bem como a criação de 2,5 mil postos de trabalho diretos.

Henrique Miguel também ressaltou a importância de modernizar e expandir o Padis como uma forma de fortalecer a cadeia produtiva de semicondutores no Brasil e ampliar a presença do país no mercado global. “Sem o Padis, nossa chance de atrair a indústria e desenvolver o segmento para participar da cadeia global de semicondutores é praticamente zero”, revelou.

Em relação à Lei de TICS, o secretário do MCTI citou que o instrumento incentiva indústrias em mais de 80 municípios brasileiros, beneficia mais de 500 empresas e resulta em R\$ 2,4 bilhões de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Henrique Miguel fez um retrospecto sobre a evolução das políticas públicas voltadas ao setor nas últimas décadas e afirmou que a indústria de semicondutores é estratégica para o país e transversal. “A falta de componentes como chips pode ter efeito nos mais variados setores como energia elétrica, transporte, saúde e abastecimento”, apontou.

Para o deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), autor do requerimento da audiência, não há hoje no mundo nenhum componente tecnológico mais importante do que os semicondutores. “Estamos numa era digital e o Brasil, sendo um dos maiores países do mundo em população e produtor de equipamentos eletroeletrônicos, precisa investir em políticas públicas, pesquisa e inovação para desenvolver a indústria de semicondutores”.

Tarcísio contrata plataforma para videoaulas por R\$ 30 milhões sem realizar licitação

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) contratou por mais de R\$ 30,8 milhões uma plataforma de educação para fornecer videoaulas e jogos digitais sem licitação, mesmo a Secretaria de Educação de São Paulo já tendo plataforma com a mesma finalidade.

O contrato foi firmado pela Secretaria de Educação, que está sob o comando de Renato Feder. A decisão de dispensar a licitação foi oficializada no início de agosto, envolvendo a empresa Alura.

A legislação nacional permite a dispensa de licitação quando não há concorrência viável entre empresas, especialmente em situações que envolvem serviços técnicos especializados ou quando um fornecedor exclusivo é a única opção.

A Secretaria de Educação não especificou quais características técnicas exclusivas a Alura oferece para justificar a contratação sem licitação. Esta é a segunda vez em pouco mais de um mês que a Secretaria opta por fechar contratos com plataformas educacionais sem licitação, sendo que a primeira tentativa envolveu a compra de 200 milhões de

livros digitais da empresa Bookwire, mas o contrato foi cancelado devido à repercussão negativa.

A Secretaria afirmou que apenas essas duas empresas receberam contratos sem licitação e que a rescisão com a Bookwire não causou prejuízos financeiros.

A Alura foi contratada para fornecer jogos digitais, videoaulas, conteúdo e atividades relacionadas à programação de computadores. O contrato tem uma duração de 18 meses e prevê cerca de 2,5 milhões de acessos à plataforma.

Professores de todas as escolas estaduais de São Paulo têm participado de cursos de formação para usar a plataforma com os alunos. A Alura também garante que o programa inclui suporte dos docentes durante as aulas.

A empresa, fundada em 2004 pelos irmãos Paulo e Guilherme Silveira, é reconhecida como uma escola especializada em tecnologia e tem um portfólio que inclui cursos em colaboração com YouTubers, podcasters e blogueiros. Seu faturamento anual é superior a R\$ 400 milhões.



Professor Marcelo Zuffo, da USP, durante audiência na Câmara dos Deputados

Lula se solidariza com família de Heloísa, morta em abordagem violenta da PRF: “Não há o que console”

A morte da menina Heloísa dos Santos Silva, de 3 anos, ocorrida neste sábado após ficar internada no Hospital municipalizado Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, causou comoção e indignação em todo o país. Em suas redes sociais, o presidente Lula se solidarizou com a família e afirmou que perder uma vida pela ação de quem deveria cuidar da segurança da população é algo que não pode acontecer.

“Morreu hoje a pequena Heloísa dos Santos Silva, de 3 anos, atingida por tiros de quem deveria cuidar da segurança da população. Algo que não pode acontecer. A dor de perder uma filha é tão grande que não tem nome para essa perda. Não há o que console. Meus sentimentos e solidariedade aos pais e demais familiares”, postou Lula neste sábado (16).

Heloísa foi atingida por um disparo feito por um agente da Polícia



Heloísa, de apenas 3 anos, foi atingida por um disparo executado por um agente da PRF no Rio

Rodoviária Federal (PRF) durante uma abordagem ao carro onde ela estava com os pais, a irmã e uma tia. O Ministério Público Federal (MPF) solicitou que a Polícia Federal realize uma nova perícia no veículo da família e nas armas usadas pelos policiais envolvidos na ocorrência para saber se foram disparados mais tiros que os 3 relatados pelos policiais.

Heloísa morreu na manhã deste sábado (16). Ela foi atingida por dois

tiros de fuzil, na coluna e na cabeça, após passar por uma blitz da PRF na altura de Itaguaí, no Arco Metropolitano, voltando da comemoração do feriado do Dia da Independência, no dia 7 de setembro. Heloísa foi a 11ª criança a morrer vítima de tiro neste ano no Rio de Janeiro. Esse número é quase três vezes maior do que o de todo o ano passado, quando quatro crianças morreram por conta da violência.

MPF pede indenização de R\$ 5 milhões de Damares por fake news sobre suposto abuso infantil no Pará

O Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública contra a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, por declarações controversas proferidas durante um culto religioso no ano passado e exige o pagamento de uma indenização de R\$ 5 milhões à Ilha do Marajó como forma de reparação pelos danos causados.

Durante um culto, a então candidata ao Senado fez afirmações falsas ao dizer, sem apresentar provas, que crianças na Ilha de Marajó eram vítimas de tráfico humano e que seus dentes eram arrancados para evitar mordidas durante práticas sexuais.

Tais declarações circularam amplamente nas redes sociais e não tinham qualquer tipo de veracidade corroborada por instituições oficiais, incluindo o próprio antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O MPF alega que as declarações de Damares Alves constituem a disseminação de notícias falsas, popularmente conhecidas como “fake news”, que provocaram danos sociais e morais coletivos à população da Ilha de Marajó e à sua reputação.

A fake news de Damares já é conhecida nas redes sociais. A história



Damares Alves, firme apoiadora de Bolsonaro

contada durante o culto, circula em fóruns da internet como ficção desde 2010. Um relato anônimo de 12 anos atrás, que contém diversas semelhanças com o suposto crime descrito pela senadora eleita, foi escrito no site “4chan”, conhecido por seu conteúdo pervertido e de violência extrema.

Segundo apuração do jornalista André Duchia-de, do jornal O GLOBO, o lema do site é “as histórias e informações aqui encontradas são obras artísticas de ficção e falsidade. Só um tolo tomaria qualquer coisa encontrada aqui como fato”. Os textos da plataforma costumam ser chamados de “textos verdes” (“greentexts”). O termo se refere a um subgênero narrativo da internet onde são contadas experiências bizarras e chocantes, sem

oferecer nenhuma prova, ou seja, uma ficção.

A época, o MPF questionou o porquê de Damares, enquanto como ministra de Estado, ao ter conhecimento de tais crimes, não ter os denunciado às autoridades competentes.

Em resposta, Damares alegou ter “ouvido nas ruas” a perversão contada aos fiéis durante o culto.

RESPONSABILIZAÇÃO
De acordo com o MPF, o caso coloca em evidência a importância de se responsabilizar autoridades públicas por declarações sem fundamento que possam prejudicar a reputação de indivíduos ou comunidades.

A ação do MPF também destaca a crescente atenção dada ao combate às notícias falsas e à disseminação de desinformação, especialmente quando proferidas por figuras públicas.



Padilha reuniu-se com a CNM

Governo anuncia R\$ 12,3 bilhões para municípios

Repasses deverá ser feito para compensar perdas com ICMS

Na última terça-feira (12), o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou, durante entrevista coletiva concedida no Palácio da Alvorada, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou que o Governo Federal trabalhe junto ao Congresso duas medidas auxílio direto a estados e municípios: uma compensação de R\$ 10 bilhões do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) referente às perdas causadas por medidas adotadas pelo governo anterior e uma compensação da queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de julho, agosto e setembro, de cerca de R\$ 2,3 bilhões.

As medidas serão negociadas com o relator do Projeto de Lei Complementar PLP 136/2023, o deputado Zeca Dirceu. “Esse PLP estabelecia a compensação de R\$ 27 bilhões até 2026. O presidente nos autorizou a discutir com o relator para incluir no relatório uma antecipação dessa compensação de 2024 para compensar já neste ano, o que significa R\$ 10 bilhões de compensação do ICMS. Cerca de 25% vão para os municípios. Isso significa uma compensação de R\$ 2,5 bilhões a mais para os municípios brasileiros”, afirmou Padilha.

Segundo o ministro, uma vez que a PLP 136 tenha sido aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pelo presidente Lula, a compensação é imediata.

O ministro também detalhou a medida referente ao FPM autorizada pelo presidente Lula nas tratativas do PLP 136.

“A segunda medida é que nesse relatório do PLP entre um artigo que garanta a compensação da queda do FPM em julho, agosto e setembro, de cerca de R\$ 2,3 bilhões. Ou seja: uma parcela extra do Governo Federal que compense essa queda dos últimos três meses, ajudando os municípios a tocar suas ações nas áreas de saúde e habitação”.

Ainda segundo o ministro, na medida em que for aprovado no Congresso, o Governo Federal pagará a compensação em parcela extra única, que será programada para o mês subsequente à sanção do PLP 136. O ministro ressaltou que ainda hoje haveria uma reunião com o relator Zeca Dirceu e as três entidades nacionais de municípios.

Em vídeo nas redes sociais, o presidente Lula reforçou o compromisso do Governo Federal com a garantia de reposição do FPM.

“Eu posso garantir a cada prefeito que ninguém receberá em 2023 menos FPM do que recebeu em 2022. É um compromisso do Governo Federal. Mandamos a medida para ser votada no Congresso Nacional. Eu quero que os prefeitos saibam a importância que a gente dá a todos os prefeitos, porque são os prefeitos que enfrentam os maiores problemas”, disse o presidente.

VITÓRIA

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Paulo Ziułkoski, se reuniu com o ministro Padilha para falar sobre a crise enfrentada pelos Municípios e comemorou a decisão do governo federal.

Ziułkoski lembrou que, no primeiro semestre deste ano, 51% dos Municípios se encontravam no vermelho. No mesmo período do ano passado, apenas 7% registraram déficit primário.

“Temos uma lista de questões para tratar que levaram os Municípios a esse ponto atual, como a queda no ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], o não pagamento de emendas parlamentares, a implementação de pisos, o não pagamento de recursos na Assistência Social, e outras diversas medidas aprovadas em Brasília com impacto direto na ponta”, disse.

Ele relatou ainda que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não foi o que motivou esse cenário, tendo em vista que as quedas nos repasses ocorreram a partir do mês de julho, e não no primeiro semestre, mas representou a gota d’água para os gestores locais. E apontou que também é necessário e urgente um debate federativo sério que possibilite uma melhor prestação de serviços à população.

“Considerando os repasses dos meses de julho, agosto e o primeiro decênio de setembro, a queda já totaliza R\$ 3,9 bilhões em relação a 2022. Então, se vier o auxílio do governo é muito bem-vindo, claro. Essa crise não foi responsabilidade do governo agora. Ela é estrutural. Mas precisamos nos unir para planejar alternativas que possam melhorar esse ambiente ruim que estamos vivendo. Vem com Buscopan para quem está com pneumonia? Como faz isso? Amanhã ele está doente de novo. Temos de achar a solução e estamos abertos para esse diálogo”, disse o líder municipalista.

Com o informe que o governo vai adotar três medidas para buscar contornar o problema de forma emergencial a CNM comemorou. Das medidas, a primeira é a antecipação para este ano do pagamento dos valores para recompor o ICMS de 2024. A segunda se refere a um repasse adicional do FPM para cobrir a queda real dos repasses dos meses de julho, agosto e setembro. Outra medida se refere a um trabalho para avaliar a questão das dívidas previdenciárias, podendo ser proposto um novo parcelamento.

“A gente reconhece que existe um problema estrutural. É uma pneumonia, como você falou. Estamos abertos e dispostos a tratar essas pautas. A gente sabe o problema do piso do magistério, por exemplo, a gente sabe e reconhece que existe todo um problema estrutural. Precisamos entrar de vez nesse debate para nos comprometermos e irmos avançando”, afirmou.

“Momento é de unir prefeituras contra a privatização da Sabesp”, conclama prefeito de Botucatu

O prefeito de Botucatu, Mário Pardini (PSD), defendeu a necessidade de que a Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp) continue a ser uma empresa pública e que é preciso aglutinar todos os prefeitos e vereadores das 375 cidades em que ela atua para combater a tentativa de privatização, proposta pelo governador Tarcísio de Freitas.

“Eu tenho uma posição radical contra a privatização da Sabesp, não é com o governo Tarcísio, não é com o governo anterior, que eu também apoiiei, todo mundo sabe”, afirmou o prefeito, que foi do PSDB. “Mas sempre fui contra a privatização da Sabesp e vou ser sempre desse jeito. [...] A imensa maioria está unida aqui para trabalhar para que a Sabesp continue sendo pública”, disse Pardini.

QUEM VAI PAGAR A CONTA?

A fala do prefeito ocorreu durante audiência pública na Câmara Municipal de Botucatu, em abril, com presença massiva de populares contrários à privatização da empresa. Durante a audiência, Pardini convocou ampla unidade contra a entrega do saneamento para o setor privado, explicando que a arrecadação ficaria entre R\$ 40 e 60 bilhões. “Se for R\$ 40 bilhões, quem vai pagar? Qual é a única forma de remuneração de uma empresa que presta um serviço público de saneamento básico, seja privada ou pública? Tem algum outro meio de receita que não seja tarifa? Quando você vende uma empresa, seja por um real, você tem que rentabilizar, você tem que pagar esse um real que você investiu. Estamos falando de R\$ 40 bilhões. Quem vai pagar a tarifa? É fácil. E o usuário que vai pagar. Se não pagar, a empresa privada corta. Veja o caso da CPFL. Hoje corta? Corta, mas negocia, parcela, busca alternativas”, disse.

O prefeito ressaltou que garantir que a Sabesp continue sendo uma empresa pública é uma tarefa que deve abranger todo e qualquer partido. Lembrando de quando foi funcionário da empresa, fazendo leituras em Hortolândia, Pardini destacou que a chegada da Sabesp permitiu não só a garantia de direitos da população, como também garantiu que a cidade se desenvolvesse.

“Uma cidade que não tinha água, que não tinha esgoto, que não tinha asfalto, que não tinha investimento, que não tinha saneamento. Passa em Hortolândia e vai ver como ela é hoje, uma das maiores arrecadações de ICMS graças ao trabalho do Sabesp, implantando saneamento básico do nada. Primeiro, regularizou o abastecimento de água, depois implantou todo o sistema de coleta, fez o tratamento de esgoto”. “Tudo foi feito com a ajuda de um prefeito do PT, [Ângelo] Perugini, um baita de um prefeito. Assim que a gente faz saneamento”, destacou.

Para Pardini, “saneamento é apartidário, não faz partido A ou partido C. Todo mundo que está unido aqui está para lutar por uma empresa pública. Esse é um tema sensível e a gente tem que ter a sabedoria de aglutinar, não de espalhar. E um em torno de um tema central, a não privatização da Sabesp”.

Destacando o papel da Sabesp para o abastecimento de Botucatu, o prefeito da cidade lembrou que o Rio Pardo, por exemplo, “em 2014 produzia 300 litros por segundo. A gente precisava 500 litros por segundo para abastecer o município. Como que a gente ia fazer com os 200 litros por segundo que faltavam? A gente ia fazer racionamento, como Bauri faz todo dia? Uma empresa privada faria um investimento extracontratual para garantir o abastecimento de uma cidade inteira como Botucatu, sem discutir contrapartidas financeiras? Uma empresa vai construir uma represa que vai custar hoje R\$ 70 milhões sem estar no contrato de concessão porque entendeu que o Rio Pardo é realmente vulnerável e a gente precisa garantir regularização de vazão? Qual empresa privada faria isso?”

Pardini destacou a importância de se fazer aliança com as lideranças políticas locais nas cidades onde a Sabesp atua, independente de quem apoiaram nas eleições anteriores. “Então, a gente tem 375 municípios em São Paulo que a Sabesp opera. Desses, 374 são municípios do interior paulista. Boa parte desses prefeitos, uma imensa parte desses prefeitos, especialmente no interior, optou por um candidato que tinha como plano de governo a privatização da Sabesp. Mas a gente vai precisar desse prefeito, porque é ele quem vai falar sim ou não [para a privatização]. Os vereadores também fizeram uma opção política. São eles que vão ajudar a gente a empurrar a Sabesp para a privatização ou não. Então temos que tomar muito cuidado com esse tema”, destacou.

“Esse é um tema central, importantíssimo, e a gente tem que lembrar que vamos precisar desses prefeitos e desses vereadores. Então, uma coisa foi o debate político, passou. Aqui está todo mundo unido contra a privatização da Sabesp”, completou Pardini.

Ministra defende estabilidade do serviço público: “Pilar fundamental para bom funcionamento do Estado

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, afirmou que a estabilidade do servidor público é um “pilar fundamental para o bom funcionamento do Estado”, ao criticar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, a PEC da Reforma Administrativa que tramita no Congresso Nacional.

“Muito diferente do projeto que está em tramitação no Congresso”, apontou a ministra, reforçando que “Reforma Administrativa não é só mexer na área de gestão de pessoas, como é essa visão muito forte na questão de tentar acabar com a estabilidade, de tentar flexibilizar a atuação do setor privado dentro do setor público, como previsto na PEC 32”, afirmou, durante a abertura do seminário “Gestão Pública e Direito: a transformação do Estado e o novo direito administrativo necessário para o Brasil”, em Brasília.

No evento, a ministra destacou o compromisso

do governo com a eficiência do setor público, salientando a importância da estabilidade do funcionalismo para uma “eficaz execução de ações em prol da sociedade”.

A ministra lembrou, entre outros exemplos, a importância dos quadros do Serviço Único de Saúde (SUS) no recente enfrentamento à pandemia da covid-19. “Transformação do Estado é o que precisamos fazer de forma permanente, pois as demandas da sociedade vão mudando, vamos encontrando os limites da capacidade de atuação e precisamos melhorar”, disse.

Segundo Esther Dweck, muitas coisas podem ser feitas que não dependem de uma reforma constitucional, são reformas infralegais e infraconstitucionais que podem ser feitas”, disse, lembrando a questão das cotas, por exemplo: “Com uma instrução normativa estamos mudando a forma de entendimento da lei, para podermos aplicá-la de uma forma melhor”, afirmou.

Luta por direitos perdidos na reforma trabalhista unifica movimento sindical



Idemar Martini, presidente da Fetiesc; Moacyr Auersvald, presidente da NCST; Ubiraci Oliveira, vice-presidente da CTB e Guiomar Vidor, presidente da CTB-RS



Frente Parlamentar organiza reação contra PEC 32 e o desmonte dos serviços públicos

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público divulgou, nesta terça-feira (12), um documento em resposta à tentativa de se ressuscitar a Proposta de Emenda Constitucional da “reforma” administrativa (PEC 32/2020). Deputados, senadores e servidores afirmam que a PEC representa a destruição dos serviços públicos, com queda de qualidade nos serviços e perda de autonomia do funcionalismo.

“A reunião da frente pretende refazer as estratégias de enfrentamento ao texto da PEC 32, que, apesar de aprovado na Comissão Especial, não obteve adesão para ir a voto em plenário. [...] Insistir nesse texto é um erro e uma tentativa de impor um retrocesso político-administrativo a um país que precisa levar políticas públicas à população que mais necessita”, afirmou a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

No manifesto, a Frente afirma que a PEC 32, retirado da gaveta pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), “se materializa no desmonte das instituições públicas, em especial as que atendem às principais necessidades da população brasileira. Desta vez, acrescenta-se ao movimento dos setores da elite conservadora o argu-

mento da falsa necessidade de corte de gastos públicos visando o equilíbrio fiscal das contas do governo. O que não se efetivaria, uma vez que em muitos casos abriria a necessidade de aumento de gastos na contratação de empresas terceirizadas, trabalhadores temporários e de outras formas de necessárias contratações de serviços junto à iniciativas privadas, além de aumentar os gastos da população com serviços hoje gratuitos”.

Se a PEC é um prejuízo para a população e os trabalhadores são penalizados com o fim das garantias e das condições necessárias para o exercício das funções daqueles que exercem suas atribuições em nome do Estado brasileiro nos interesses e necessidades da população, passando a sofrer pressão política de chefias e governantes de plantão.

“A consequência é a dificuldade de acesso especialmente da parcela mais necessitada dos serviços públicos e de suas políticas sociais. O que veremos será uma população desassistida e sem acesso ao atendimento gratuito, desde as suas necessidades mais básicas até o acesso a serviços como cirurgias e tratamentos de saúde da mais alta complexidade, por exemplo”, denuncia o documento.

A Frente Parlamentar

alerta que, se posta em prática, a PEC 32 dará aval para a privatização dos serviços públicos por meio da terceirização, bem como a substituição de trabalhadores contratados pelos terceirizados com vínculos de trabalho mais de entes privados em detrimento das necessidades do povo. Além disso, a proposta representa o fim dos serviços públicos e da estabilidade do funcionalismo.

Os parlamentares e entidades que compõem a Frente reconhecem a necessidade da melhoria dos serviços públicos, modernizando-os “com foco no desenvolvimento da Nação e no atendimento da sociedade brasileira, com um corpo funcional bem preparado, remunerado e organizado, além de instituições bem estruturadas e em condições de melhor atender à população”.

“Para isso, propomos um amplo debate com a participação de parlamentares, representantes dos servidores e da sociedade usuária dos serviços públicos, assim como da representação do atual governo sobre o serviço público brasileiro, suas necessidades e perspectivas e como podemos juntos buscar o melhor para todos os envolvidos – população, servidores e administração pública brasileira”, conclui o manifesto.



“Duas ou três centrais’ estão desviando nossa luta”, declarou Martini, presidente da Fetiesc

Idemar Antonio Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC), coordenador do Fórum Sindical Ampliado (FSA), que promoveu o ato Revoga Já! contra a reforma trabalhista e da Previdência, afirmou ao HP que “não tem sindicalista no Brasil que não seja contra a terceirização da atividade-fim, contra o trabalho intermitente (o trabalhador fica à disposição do patrão e só recebe pelas horas que trabalhou), contra a liberação escancarada do ‘PJ’ (o trabalhador vira empresário, para o patrão fugir de pagar os direitos). Essas, entre outras bandeiras de direitos perdidos com a reforma trabalhista e da Previdência, citadas no ato ‘Revoga Já!’, unem todo movimento sindical brasileiro. Então, vamos unir todo mundo”, conclamou.

Martini denunciou que “duas ou três centrais’ estão desviando nossa luta. Querem uma reforma sindical que seja aprovada pelos patrões. Querem criar uma Câmara de autorregulação sindical tripartite, que vai mediar as negociações e afastar a Justiça do Trabalho, que vai esvaziar o Ministério do Trabalho e – o que é principal para eles e pior para os trabalhadores – vai deixar a porta aberta para acabar com a unicidade sindical ao estimular a disputa pela representatividade nas categorias e, portanto, a possibilidade de alianças com os patrões ou coisas piores”.

MOBILIZAÇÃO GERAL

Para o dirigente do FSA, “o mais importante foi a decisão, por consenso, do ‘Revoga Já!’ de mobilizar os sindicatos nos estados”. A programação começa no dia 29, em Joinville, com o Senador Paim, na OAB, às 9hs. “Vamos a Brasília”, ressaltou. “Só vamos revogar alguma coisa que o Temer e o Bolsonaro tiraram dos trabalhadores, se formas para os sindicatos, para as fábricas e para a sociedade”.

O ato virtual do ‘Revoga Já!’, convocado pelo FSA no dia 12, reuniu 250 entidades. Se cadastraram 550, que por problemas técnicos não conseguiram entrar na sala. O FSA congrega também desembargadores, juízes, advogados trabalhistas e intelectuais da área.

No ato virtual, Martini declarou: “Fico apreensivo quando ouço o vice-presidente da República afirmando à classe empresarial que nesse governo não será revogado. Lula recebe pressão de todo lado. Nós temos que fazer a nossa parte. Não vamos resolver estas questões numa mesa tripartite”.

NOVA CENTRAL

O presidente da Nova Central, Moacyr Auersvald, lembrou às centenas de lideranças sindicais presentes no ato que Lula disse, na campanha, que iria “revogar o que prejudica o trabalhador”. Moacyr, que também é presidente da Contratur (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Restaurantes), afirmou que a classe trabalhadora logrou um grande êxito com a eleição de Lula, em 2022, mas não conseguiu eleger representantes no Congresso Nacional, “onde as forças reacionárias dominam e se contrapõem às reformas e à classe trabalhadora”. Conforme o presidente da Nova Central, “é dever e função do movimento sindical fazer pressão, cobrar e ir pra rua pressionar os parlamentares para que eles atendam as nossas reivindicações”.

CTB

Por seu turno, o vice-presidente nacional da CTB,

Ubiraci Oliveira, o Bira, participou da mobilização e ressaltou as bandeiras que considera as principais, tais como “a defesa da negociação coletiva com primazia à negociação individual; homologação, rescisões e acordos realizados nos sindicatos; o fim da terceirização da atividades-fim, que leva ao trabalho análogo à escravidão; a defesa de acesso gratuito à Justiça do Trabalho e a manutenção do acordo anterior até a efetivação do novo acordo (ultratividade)”.

Bira denunciou que há um setor do movimento sindical que elaborou um projeto que, na sua opinião, acabará com a unicidade sindical e a Justiça Trabalhista. Diante disso, Oliveira declarou seu apoio ao ‘Revoga Já!’.

“Precisamos defender o movimento sindical brasileiro”, declarou o vice-presidente.

CTB-RS

Já o sindicalista Guiomar Vidor, presidente da CTB-RS, defende a legitimidade do ‘Revoga Já!’, afirmando que as reformas trabalhistas e previdenciárias se constituíram nas maiores regressões civilizacionais do Brasil, as quais causaram tantos males à classe trabalhadora brasileira. Vidor defendeu ser urgente a realização de um grande movimento de resistência, resgatando as questões principais a serem revogadas e incluindo na pauta assuntos que interessam toda a sociedade brasileira, como a correção da tabela do Imposto de Renda com isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e uma política de valorização do salário mínimo.

“Precisamos mobilizar toda a sociedade para fazer um grande movimento nacional, de modo que possamos avançar no Congresso, que é totalmente desfavorável às causas sociais e trabalhistas”, considerou.

Para o HP, destacou “a necessidade de construirmos uma grande mobilização em defesa da revogação dos marcos regressivos da reforma trabalhista, Lei 13.467/17. Sem uma ampla mobilização que envolva os trabalhadores e setores populares, não serão construídos avanços na comissão tripartite instalada pelo governo federal”, completou.

Guiomar declarou que “não podemos concordar com propostas que retirem o Estado das relações de trabalho e enfraqueçam os sindicatos e a Justiça do Trabalho, como a constituição de comissões de conciliação prévia, com a criação de um conselho de relações de trabalho, e a criação de regras que limitem a representação sindical.

Afirmou, ainda, que “nossa pauta não pode ser dispersa, precisa centrar nos aspectos principais, como a volta das homologações aos sindicatos, ultratividade das normas coletivas, fim do comum acordo para ajuizamento dos dissídios coletivos, proibição da terceirização da atividade-fim, regulamentação do trabalho por aplicativos, fim do trabalho intermitente e regulamentação do custeio sindical”.

“Sabemos que a correlação de forças no Congresso Nacional nos é desfavorável e somente poderá ser superada com muita mobilização e negociação”, declarou o presidente da CTB-RS.

CARLOS PEREIRA



Juiz Alito (esq.) com chefe de fundo abutre

Cristina repercute ligação entre banqueiro e juiz dos EUA que apoiou fundo abutre contra Argentina

“É assim que se conseguem decisões a favor dos fundos abutres e contra a Argentina”, afirmou a ex-presidente argentina Cristina Kirchner, ao partilhar nas suas redes o vídeo em que a deputada norte-americana Alexandria Ocasio-Cortez expõe as ligações entre juizes daquele país e representantes do setor financeiro, incluindo o banqueiro abutre Paul Singer.

Cristina Kirchner redobrou suas críticas aos fundos abutres e aos tribunais dos EUA que decidiram contra a Argentina. “Há três coisas que não podem ficar escondidas por muito tempo: o sol, a lua e a verdade”, acrescentou, sobre o vídeo em que a deputada norte-americana “denuncia subornos de Paul Singer a um membro do Supremo Tribunal dos EUA que decidiu a favor dos fundos abutres e contra o nosso país pela bela soma de 2,4 bilhões de dólares”.

“Não deixe que eles mintam mais para você. É assim que, no Judiciário dos EUA, se conseguem decisões a favor dos Fundos Abutre e contra a Argentina, seu país”, postou a ex-presidente.

A denúncia de Ocasio-Cortez foi feita durante uma sessão do Comitê de Supervisão da Câmara, em que exibiu fotos do banqueiro Abutre, Paul Singer, dono do fundo de hedge NML, com o juiz da Suprema Corte dos EUA, Samuel Alito.

As fotos mostram os dois pescando, sorrindo, com uma terceira pessoa, no Alaska, no luxuoso King Salmon Lodge, aonde chegaram em um jatinho particular e com todas as despesas pagas por Singer. A viagem aconteceu em julho de 2008.

Cristina Kirchner era então presidente da Argentina, tendo como um dos principais problemas do seu governo o fato de que, quando a Argentina renegociou sua dívida externa, o que acabou sendo aceito pela maioria dos credores, os fundos abutres, que haviam comprado papeis da dívida no mercado secundário quando valiam centavos, exigiam escandalosamente receber pelo valor de face.

Foi essa extorsão que fez os fundos de hedge que se especializaram nesse tipo de operação, sempre tendo como alvo algum país em dificuldades do Sul Global, serem conhecidos internacionalmente como “fundos abutres”.

A Suprema Corte dos EUA decidiu a favor da extorsão e contra a Argentina. E quando Macri se elegeu, fazendo demagogia, a primeira coisa que ele fez foi pagar os fundos abutres e depois levou a Argentina para o FMI, criando a atual crise, da qual o fascista Javier Milei tenta tirar proveito.

Ocasio-Cortez acusou a maioria conservadora da Suprema Corte dos EUA de ser corrupta, dando como exemplo Alito, que nunca se declarou impedido nas decisões em que o magnata Singer era parte interessada. A ligação entre Alito e Singer foi revelada numa investigação jornalística publicada em 20 de junho.

Em 2014, “o juiz Alito, juntamente com a Suprema Corte, concordou em resolver uma questão vital após uma batalha legal de décadas entre os fundos de hedge de Singer e a Argentina (...) Você acha que Alito se excluiu deste caso? Ele não se retirou do caso e até aproveitou sua vaga no Supremo, depois de tudo isso, para decidir a favor de Singer. Após a decisão, o fundo de hedge de Singer recebeu US\$ 2,4 bilhões por esta decisão. Não foi um lucro mau depois do investimento naquela pescaria”, disse a congressista.

“Temos uma corrupção extraordinária e uma compra no atacado de membros da Suprema Corte”, afirmou Ocasio-Cortez. “Também me faz rir do que acabamos de ouvir do lado republicano: ‘Por que fazer queremos conversar sobre isso?’ Porque as mulheres perderam direitos, porque as comunidades indígenas perderam direitos, porque as minorias perderam direitos, porque os trabalhadores de todo o país perderam direitos devido a este nível de corrupção”.

“O milionário que generosamente financiou esta viagem foi Paul Singer, que teve questões com a Corte pelo menos dez vezes e a imprensa legal e a mídia ocultaram sua participação”, acrescentou, mencionando a causa dos fundos abutres que envolvia a Argentina.

“PÁTRIA SIM, COLÔNIA, NÃO”

Recebido no estádio Malvinas Argentinas aos gritos de “Massa Presidente” e “Pátria Sim, Colônia Não” na noite de sexta-feira (14), o candidato peronista, Sergio Massa, que é também o ministro da Economia argentino, anunciou projeto de lei para eliminar o imposto sobre valor agregado na cesta básica.

“Nem no leite, nem na carne, nem nas frutas, nem nos vegetais, nem nos alimentos, nem em produtos de higiene pessoal ou doméstica”, destacou Massa, que definiu o IVA como o “mais regressivo” dos impostos “pelo qual um gestor de banco paga o mesmo que alguém incluído num programa social”.

Ele não perdeu a oportunidade para fustigar os candidatos adversários, o fascista Milei e a macrista Patricia Bullrich. “Queremos ver o que fazem aqueles que encham a boca e falam em baixar impostos”, discursou Massa, “para ver se vão agora levantar a mão quando se trata de retirar um imposto que quem tem menos paga. “

Massa anunciou também o reembolso de 18.800 pesos no IVA dos beneficiários do programa social Potenciari e a criação de um programa de direito ao lote em terras ociosas do Estado. “Queremos um Estado que olhe, cuide e proteja quem mais precisa”, ressaltou. “Como anunciamos hoje em La Rioja, que cada ‘argentino tem direito ao seu lote, cada família à sua terra”.

O peronista convocou a “cidade por cidade, bairro por bairro, casa por casa, fazenda por fazenda, fazenda por fazenda, fábrica por fábrica, loja por loja”, a lutar com “com cada argentino, para dizer-lhes que sabemos que estamos endividados, que vamos pagar essa dívida, que viemos ao novo governo para devolver a renda, distribuir melhor e fazer a Argentina crescer”.

“Mas acima de tudo, viemos defender a identidade da nossa pátria contra aqueles que afirmam que somos um país de merda, respondemos que somos orgulhosamente argentinos”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Há 50 anos, Allende se mostrou exemplo de lealdade a seu povo



Allende, forjou programa de governo em debate com os trabalhadores

“Rússia está pronta para dialogar sobre a paz com o enviado do Papa”, afirma Lavrov

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, afirmou que as autoridades do país estão “prontas” para dialogar em Moscou com o enviado do papa Francisco para a paz na Ucrânia, o cardeal Matteo Zuppi.

“Continuam os esforços do Vaticano, cujo enviado pretende visitar-nos. Estamos dispostos a encontrar-nos com todos, a falar com todos”, declarou nesta sexta-feira (15). No entanto, o chanceler frisou que a busca pela paz não depende apenas de Moscou.

“A Rússia continua pronta para responder a todas as questões sérias, mas as ‘bolas’, que já são muitas, estão no campo do regime de Kiev”, disse Lavrov, apontando que as autoridades ucranianas introduziram uma proibição das negociações de paz a nível legislativo. Em outubro do ano passado, o presidente Zelensky assinou um decreto que proíbe negociações entre Moscou e Kiev que ainda está valendo.

O cardeal Matteo Zuppi elogiou a disposição do ministro Serguei Lavrov para dialogar sobre a situação na Ucrânia.



Lavrov e cardeal Zuppi, enviado do Papa a Kiev e Moscou

“É importante porque a paz se alcança através do diálogo e da descoberta dos espaços possíveis e necessários. E certamente uma afirmação positiva [de Lavrov], e vai na direção desejada pelo papa Francisco”, assinalou o cardeal.

A declaração foi dada em entrevista à emissora italiana TV2000, na qual o cardeal também falou sobre sua passagem por Pequim nos últimos dias, onde se reuniu com Li Hui, representante especial do governo chinês para assuntos euroasiáticos.

O cardeal Matteo Zuppi

foi nomeado pelo papa Francisco, em maio de 2022, como representante da Igreja Católica para liderar processos em favor da paz. Em junho deste ano, Zuppi passou a atuar como representante do Vaticano para negociações de paz na Ucrânia.

No âmbito dos esforços para pôr fim ao conflito na Ucrânia, o Papa já enviou o cardeal Zuppi a Kiev e a Moscou, no mês de junho último; a Washington em julho e a Pequim, já neste mês de setembro.

Ex-presidente Sarkozy defende negociações entre Rússia e Ucrânia pelo fim da guerra

O ex-presidente aponta erro na postura do atual governo francês, assim como da União Europeia, em ceder a Washington e adverte que ao contrário dos norte-americanos, os europeus “sempre serão vizinhos da Rússia”.

O ex-presidente de França, Nicolas Sarkozy, considera que a entrada da Ucrânia na OTAN “não favorece a paz”, ao mesmo tempo em que defende uma solução diplomática para o conflito, pois, caso contrário, adverte, “o mundo corre o risco de cair numa guerra total”.

“Para resolver uma guerra há dois caminhos: ou a destruição de uma das partes, e aviso que não conseguiremos destruir a segunda potência nuclear do mundo – e então o mundo corre o risco de cair numa guerra total; ou uma discussão diplomática”, afirmou Sarkozy em entrevista ao canal de televisão francês BFMTV na quarta-feira (13).

Neste sentido, o ex-presidente assinalou que a adesão da Ucrânia à OTAN “não favorece a paz”, uma vez que a entrada de Kiev na Aliança Atlântica seria percebida como “uma provocação” pela Rússia.

Sarkozy reiterou à BFMTV a sua posição de que a Ucrânia deveria manter uma neutralidade firme nas suas relações com a Rússia e o Ocidente. “Quando agitamos a bandeira vermelha debaixo do nariz do touro, não devemos ficar surpreendidos se ele atacar”.

Ao se tornar independente da Rússia após o fim da União Soviética, a Ucrânia havia se comprometido com o status de neutralidade, o que só mudou com o golpe da CIA em Kiev de 2014. “Se a Ucrânia tem o estatuto de país neutro com garantias de segurança e fronteiras dadas pela ONU ou pela comunidade internacional, parece-me que é uma alternativa que vale a pena discutir”, sugeriu.

Em relação ao presidente russo, Vladimir Putin, o ex-presidente francês destacou que aqueles que dizem que é im-



Nicolas Sarkozy entrevistado pela francesa BFMTV

possível negociar com ele “são geralmente aquelas pessoas que nunca conheceram Putin”. “Tive talvez 80 conversas com ele”, acrescentou.

“EUROPA INDEPENDENTE”

Por outro lado, Sarkozy, que governou a França de 2007 a 2012, condenou a estratégia articulada por Washington que visa “dominar” a UE através da adesão de mais países da Europa do Leste.

“Os americanos têm uma visão coerente e é sempre a mesma. Queriam trazer a Turquia para a Europa, porque a Turquia é sua aliada. Os americanos queriam trazer a Ucrânia para a Europa, porque quanto mais países da Europa do Leste estiverem na UE, mais estará a Europa sob o domínio americano”, disse Sarkozy, que apresentou a visão de um continente livre destas influências. “Quero uma Europa independente”, sublinhou.

Ele também destacou a importância de a Rússia e a Europa trabalharem juntas. “Somos vizinhos, essa é a diferença entre os EUA e nós”, enfatizou.

Em declarações anteriores à emissora de televisão France 5, Sarkozy reiterou os seus apelos a um compromisso entre Moscou e Kiev, observando que o conflito já custou a vida a cerca de meio milhão de pessoas, a maioria das quais eram ucranianas.

“Mas continuamos porque no Boulevard Saint-Germain eles são muito corajosos em enviar jovens ucranianos para morrer”, acrescentou, referindo-se à rua que ganhou reputação como local de debates políticos acalorados entre intelectuais franceses.

Para Sarkozy, embora a Ucrânia expresse essencialmente os desejos da América porque depende fortemente da assistência militar de Washington, o mesmo não se aplica às relações entre Washington e Paris. “A França tem uma voz única... e não se alinha com os interesses americanos”, disse ele.

Ao reiterar que deseja que a França apoie a Ucrânia, Sarkozy disse acreditar que a Ucrânia deveria eventualmente receber garantias de segurança do Ocidente, mas deve permanecer neutra e continuar a servir como uma “ponte entre o mundo eslavo da Rússia e nós”.

“Não podemos continuar a travar a guerra dizendo simplesmente: ‘Mais armas, mais mortes, mais resistência.’ Como você sai disso? ele perguntou. Sarkozy afirmou que o conflito na Ucrânia beneficia apenas a China, que, segundo ele, está ganhando influência nos BRICS, e os EUA, que estão lucrando com a venda de armas e com os preços mais elevados do gás natural liquefeito.

Sua resistência na bombardeada La Moneda condenou ao opróbrio, para sempre, o fascista Pinochet e suas marionetes dos EUA e mantém abertas as grandes alamedas do futuro e da vitória

ANTONIO PIMENTA

Cinquenta anos depois, seguem reverberando as palavras do presidente Salvador Allende, em meio ao ataque dos fascistas a soldo de Nixon ao Palácio La Moneda, enquanto empunha o fuzil presenteado por Fidel: “mais cedo que tarde, as grandes alamedas se abrirão novamente por onde passará o homem livre para construir uma sociedade melhor”.

“Tenho fé no Chile e no vosso destino”, disse ele aos “trabalhadores da minha pátria”. Repetindo que não ia renunciar ao mandato que lhe fora confiado pelo povo chileno nas urnas, ele apançou que “outros homens superarão este momento cinzento e amargo, onde a traição procura prevalecer”.

Ecoando um agosto tão conhecido de nós, brasileiros, Allende reiterou que “colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade do povo”.

“A semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. [Eles] têm a força, poderão nos avassalar, mas não se detêm os processos sociais nem com o crime, nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos”, destacou.

“Trabalhadores de minha Pátria: quero agradecer-lhes a confiança que depositaram em um homem que foi apenas intérprete de grandes anseios de justiça, que empenhou sua palavra em que respeitaria a Constituição e a lei, e assim o fez”.

“Neste momento definitivo, o último em que eu poderei dirigir-me a vocês, quero que aproveitem a lição: o capital estrangeiro, o imperialismo, unidos à reação, criaram o clima para que as Forças Armadas rompessem sua tradição, que lhes ensinara o general Schneider e reafirmara o comandante Araya, vítimas do mesmo setor social que hoje estará esperando, com as mãos livres, reconquistar o poder para seguir defendendo seus lucros e privilégios”.

Em dezembro de 1971, na despedida a Fidel, então em visita histórica ao Chile, expressou a lucidez com que via aquela luta imensa pela emancipação do seu país e de seu povo, em pronunciamento em Santiago: “Digo-vos com calma, com absoluta tranquilidade: não sou apóstolo, nem sou Messias. Não tenho as condições de um mártir. Sou um lutador social que cumpre uma tarefa, a tarefa que o povo me deu. Mas que entendam aqueles que querem voltar na história e ignorar a vontade majoritária do Chile: sem ter a carne de um mártir, não darei um passo atrás. Deixe-os saber: deixarei La Moneda quando cumprir o mandato que o povo me deu”.

Os 50 anos só fizeram realçar a estatura descomunal de Allende, em seu compromisso com o Chile, a democracia, a soberania, a igualdade e a “via chilena ao socialismo”, o fruto de um século e meio de lutas sociais no país ensombrado pelos Andes.

Mas é menos percebido, nos dias de hoje, o papel de Allende nos esforços da época para quebrar os grilhões do imperialismo e superar a herança maldita do colonialismo. Ao encabeçar a luta pela nacionalização do cobre, a principal riqueza chilena, Allende tornou-se também líder incontestado da fase seguinte do movimento de descolonização, a conquista de uma nova ordem econômica internacional, que chegou a ser colocada em pauta pela Assembleia Geral da ONU.

Papel ainda mais notável tendo em vista os desdobramentos atuais da luta contra a dominação imperialista e neocolonial, de que a expansão dos BRICS, e antes disso, sua conformação, são testemunhos, depois de 30 anos de mundo unipolar; isto é, de ditadura, ou autodenominada “ordem global sob regras” de Washington e Wall Street.

1971 foi o ano em que o

governo da Unidade Popular, conseguindo manter o diálogo com o setor mais progressista da Democracia Crista, logrou aprovar no congresso chileno a nacionalização do cobre, no dia 11 de junho – um dia 11, como o que passaria a história pela infâmia, em setembro de 1973. Alias, o ano da formalização do G7, grupo dos países imperiais.

1971

Em 1971, Washington, fragilizado, havia rompido com o acordo de Bretton Woods de conversibilidade do dólar em ouro – a primeira crise da ‘desdolarização’-, estava prestes a derrota no Vietnã e sob imensa pressão interna – da juventude que se levantava contra a loucura da guerra aos negros lutando pela definitiva extinção do apartheid ‘Jim Crow’-. A descolonização avançava a largos passos na África e na Ásia e, na América Latina, a luta pela efetiva soberania e para deixar de ser o quintal dos fundos dos ianques.

A política de nacionalização do cobre, aprovada pelo congresso chileno em julho de 1971, “fazia parte de um debate mais amplo no Terceiro Mundo para criar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), que reestruturaria o sistema econômico internacional neocolonial segundo linhas democráticas e daria peso para as ideias e os povos do Terceiro Mundo”.

“A NOEI foi elaborada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), liderada pelo economista argentino Raúl Prebisch, e apriorizada na terceira sessão da UNCTAD (ou UNCTAD III) em Santiago, Chile, de abril a maio de 1972”. Em 1 de Maio de 1974, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração do Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

O golpe contra o governo de Allende ocorreu não apenas contra a sua própria política de nacionalização do cobre, mas também porque Allende ofereceu liderança e um exemplo a outros países em desenvolvimento que procuravam implementar os princípios da NOIE, sublinha Tricontinental. “Nesse sentido, o golpe liderado pelos EUA contra o Chile foi precisamente um golpe contra o Terceiro Mundo”.

Em 1971, o Chile tornou-se o quinquagésimo quinto membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados (NAM), cerca de uma década após a formação do grupo em 1961. Até então, Cuba era o único país latino-americano a ser membro pleno.

Os Não Alinhados e a UNCTAD incubaram debates sobre a Nova Ordem Econômica Internacional, através da qual os países do Terceiro Mundo procuravam transformar o sistema mundial neocolonial, unindo-se em torno da necessidade de controlar os seus recursos naturais e se industrializarem.

Allende atendeu às conclamações dos países africanos e asiáticos para que a UNCTAD III fosse realizada num país em desenvolvimento, oferecendo a capital do Chile. O novo edifício da UNCTAD ficava a menos de dez quilômetros do escritório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), onde economistas de toda a América Latina desenvolveram, desde a sua fundação em 1948, a crítica à dependência e ao sistema neocolonial no qual os países centrais dominam a periferia através da reprodução dos ganhos da era colonial; através dos termos de comércio desiguais estabelecidos que utilizavam a periferia como recurso para matérias-primas e mercado para produtos finais; e através da utilização da ajuda ao desenvolvimento para impulsionar um ciclo de austeridade da dívida que aprisionou os países da periferia.

Allende defendeu o desenvolvimento com soberania nacional nos fóruns internacionais, como neste momento diante das Nações Unidas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A “desaceleração” chinesa

ELIAS JABBOUR*

Temos assistido, nas últimas semanas, a uma verdadeira tempestade semiótica nos oferecendo uma série de análises sobre o inexorável declínio econômico chinês, suas consequências internas e externas. Evidente que pode gerar algum espanto nos acostumarmos com a ideia de um país crescer a dois dígitos por cerca de 30 anos para logo em seguida entrar em uma etapa onde o crescimento quantitativo deixa de ser tão relevante. Aqui está um ponto a ser levantado: a transformação do crescimento econômico chinês em algo mais qualitativo. Algo a ser exposto também é sobre as razões pelas quais os grandes veículos de comunicação e think tanks sediados nos Estados Unidos estejam concentrando energia em algo que os dados, literalmente, não comprovam. Estaríamos vivendo uma distopia?

Aos fatos, a economia chinesa tem previsão de crescimento para 2023, segundo o FMI, de 4,9%. Os Estados Unidos e Japão deverão crescer 1,3% e a União Europeia deverá ter crescimento de 1,0%. Ou seja, a China deverá crescer mais do que as três economias citadas de forma combinada. Há quem sustente que pelo fato de a China ainda contém uma grande parte de sua mão de obra ocupada na agricultura, logo existe “espaço” para maior crescimento e produtividade. Acredito que os termos da equação são outros. O primeiro deles o número de empregos urbanos a serem gerados este ano: 12 milhões na China. O país já alcançou protagonismo tecnológico em pelo menos 30 áreas sensíveis e caminha de forma mais acelerada do que se imaginava para alcançar os EUA nas chamadas infraestruturas de semicondutores.

Mas, contradições surgem e ressurgem ciclicamente como em qualquer sociedade em movimento, sendo certamente seu motor primário. O desemprego oficial entre jovens entre 18 e 24 anos alcançou 25%, o que significa algum indicio de desequilíbrios sociais à vista cuja solução demandará o melhor dos cerca de dois milhões economistas e engenheiros de projetos responsáveis pela busca de solução de grandes questões levantadas pela realidade. Desde que o governo chinês decidiu furar a bolha imobiliária, o país convive com cerca de 25% de sua economia (construção civil) em sérias dificuldades, o que já começou a afetar o setor público da economia e as empresas estatais que foram assumindo pedaços de grandes companhias como a Evergrande. A leve queda das exportações, importações e dos preços internos contribuem com um quadro deflacionário que preocupa o mundo, evidente.

Outra decisão a ser levada em consideração no conjunto da análise é o enquadramento dos monopólios privados pelo Estado. A ofensiva contra o “avanço desordenado do capital” em vários setores da economia tem sido alegada como um dos motivos da queda brusca dos investimentos do setor privado. Estudo recém lançado do Peterson Institute for International Economics demonstra que, pela primeira vez nas últimas décadas, o setor público da economia passou o peso do setor privado entre as cem maiores companhias do país.

Assim sendo, mudam os termos da questão. Como a China consegue crescer quase 5% em 2023 apesar desta gama de contradições? Em primeiro lugar, o país alcançou um nível de capacidade de gerenciamento de seu próprio futuro que o pode condicionar como e quanto crescer, a depender da contradição principal pela qual está exposta a sua sociedade. Algumas ideias-força são lançadas: “crescimento com qualidade”, “civilização ecológica socialista” e “principal delas, “prosperidade comum”. As questões com as quais se defronta o Estado chinês hoje são completamente diferentes daquelas do início das reformas econômicas. Atualmente o eixo da contradição principal deixou de ser o baixo nível de desenvolvimento do país em face das necessidades materiais da população para questões relacionadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, a transição energética e o desafio geopolítico que os Estados Unidos impõem sobre o país.

Esse desafio externo que expomos explica muito da tentativa de impor a visão de um declínio chinês aos olhos dos interesses dos Estados Unidos em geral e de Joe Biden em particular. Aqui lanço dois pontos. O primeiro é conceitual e se encerra na proposta para quem os chineses deveriam investir menos investimentos e consumir mais. Esta falsa contradição é primária em termos de teoria econômica e falsa em termos práticos. Vejamos o renomado economista e prêmio Nobel, Paul Krugman para quem o crescimento anterior chinês baseou-se “em grande parte ao acompanhar a tecnologia ocidental”, mas agora enfrenta o problema de demasiada poupança, demasiado investimento e muito pouco consumo. Precisa, portanto, de “reformas fundamentais” para “colocar mais rendimento nas mãos das famílias, para que o aumento do consumo possa substituir o investimento insustentável”.

Algumas questões são fundamentais: se a China deveria ter mais carros, mas estradas ruins? Será que são necessários mais televisores, mas menos apartamentos para os instalar? Será que a população precisa de mais alimentos e roupas, apesar de já estar, na sua maioria, bem alimentada e vestida decentemente há três décadas? Ou seja: 1) a queda da taxa de investimentos no país provocaria uma verdadeira hecatombe em termos de consumo popular e 2) fundamental lembrar que os salários médios chineses cresceram 270% nos últimos dez anos, ou seja, acima do crescimento do PIB, da inflação e da produtividade do trabalho.

O outro ponto é mais político e geopolítico. É evidente que às pretensões de Biden e de seu entorno é importante vender a ideia de um declínio chinês. Afinal, diante de imensos desafios internos a agressividade externa (chinesa) serviria como boa resposta. Ou seja, montar um cenário ideal para mostrar a China como uma ameaça à segurança mundial é fundamental aos EUA e Biden, independente de não haver nenhuma base militar chinesa próxima aos EUA e não se ter notícia da passagem de algum porta-aviões chinês passeando pelo Golfo do México. O contrário é completamente verdadeiro.

Em suma, a China enfrenta uma série de pedras em seu caminho. Mas as perguntas a serem feitas estão longe da busca de resposta ao seu declínio econômico. Ao contrário.

*O autor é consultor da Presidência e da Diretoria de Pesquisas do New Development Bank (Banco dos BRICS) e professor associado licenciado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE-FCE-UERJ) e do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ)

-Matéria originalmente publicada em “Observatório Internacional do Século XXI”, publicação da UFRJ, boletim de setembro de 2023

HP G77 defende desenvolvimento e cooperação entre as nações



O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, no exercício da presidência rotativa do G77 abriu os trabalhos da Cúpula em Havana. (foto Cuba Debate)

Manifestantes em Praga exigem fim do apoio ao regime de Kiev e às sanções

Manifestantes ocuparam neste sábado (16) as ruas de Praga, capital da República Checa, a partir da Praça de Venceslau, em repúdio à política do governo de apoio militar à Ucrânia e de respaldo para Kiev entrar na Otan. A multidão igualmente condenou a submissão às sanções dos EUA – apoiadas pela UE – que fizeram disparar a inflação a partir do veto ao gás e petróleo russos.

“Hoje demos mais um passo para tirar do caminho a rocha que é o governo do senhor [primeiro-ministro Petr] Fiala [...] eles são agentes de potências estrangeiras, pessoas que cumprem ordens, fantoches comuns. E eu não quero mais um governo fantoche”, disse à multidão Jindrich Raichl, líder do novo partido extraparlamentar PRO (Právo Respekt Odbornos/Direito ao Respeito da Existência), neste sábado, 16, acrescentando que o país deveria vetar qualquer intenção da Ucrânia de se unir à Otan.

A República Checa, membro da União Europeia (UE) e da Otan, apoia Kiev desde o início do conflito em Fevereiro de 2022, tanto militarmente, mediante a entrega de armamentos, como com outras medidas, incluindo servir de retaguarda para várias operações.

Rajchl considerou a ministra da Defesa checa, Jana Cerno-



“Esse é um governo de fantoches. Já Chega!”, disse Jindrich Raich, líder do partido PRO (Twitter)

chova, que encabeça o apoio à Kiev, como “a maior ameaça à segurança nacional”.

Os manifestantes exigiram também medidas contra o forte aumento dos preços e acusaram o Executivo de se preocupar mais com a Ucrânia do que com a situação que enfrentam os checos.

Antes das sanções, a República Checa obtinha 90% do seu gás e 50% do seu petróleo da Rússia. Depende agora do fornecimento de gás da Alemanha, que cobra preços altíssimos. A própria Alemanha está no meio de uma enorme crise energética.

Os preços da eletricidade na República Checa estão entre os mais elevados da

Europa e levam à falência um grande número de pequenas e médias empresas. A taxa de inflação oficial do país foi de 17,5% em Junho e deverá ultrapassar os 20% até ao final do ano, segundo o Banco Nacional Checo.

Marcela Hajkova, uma mãe de três filhos participante da concentração, condenou a ajuda militar do governo à Ucrânia. “Não somos um país soberano, obedecemos Bruxelas e aos EUA. Por que enviar armas para a Ucrânia, por que não lutam pela paz?”

Segundo o partido PRO, organizador do protesto, mais de 100 mil pessoas compareceram à mobilização.

Trabalhadores da Ford, GM e Stellantis fazem greve nos Estados Unidos por aumento salarial

O sindicato United Auto Workers (UAW), que representa cerca de 150 mil trabalhadores de três importantes fábricas de automóveis dos Estados Unidos, anunciou a primeira paralisação simultânea de operários dos fabricantes com sede em Detroit: General Motors, Ford e Stellantis (conglomerado que hoje tem desde a Chrysler, Dodge até a Peugeot entre as subsidiárias). A greve tem início nesta sexta-feira (15) e se estenderá por três dias.

Shawn Fain, presidente do UAW, anunciou ontem à noite o começo da greve devido à falta de acordo para assinatura de novos contratos, denunciando perdas médias de 30% em termos salariais nos últimos vinte anos.

“Os três grandes na indústria automotiva podem dar-se ao

luxo de nos dar a nossa parte justa”, alertou Fain anteriormente, advertindo que “se decidirem não o fazer, escolherão atacar-se a si próprios e não temo medo de agir”.

No entanto, os dados corroboram que na última década os três grandes fabricantes de automóveis obtiveram mais de 250 bilhões de dólares em lucros e recompensaram os acionistas com dezenas de bilhões. “Estas empresas vêm ganhando dinheiro graças ao nosso trabalho”, disse Paul Sievert, que trabalha na fábrica da Ford em Wayne há 29 anos. “Acho que é hora de recebermos algo em troca”.

“Eles poderiam duplicar os nossos aumentos e não

aumentar os preços dos automóveis, e ainda assim obter bilhões de dólares em lucros”, disse Fain, denunciando a exploração dos trabalhadores.

O dirigente do UAW comentou ainda que as empresas rejeitaram a reivindicação do sindicato de um aumento salarial de 46% a ser repassado ao longo de quatro anos, o aumento do salário dos aposentados, a restauração das pensões e dos benefícios de saúde aos que tiveram que renunciar durante a crise da indústria há mais de uma década, a redução da jornada de trabalho e a sindicalização dos trabalhadores nas fábricas de baterias livre de presões por parte das diretorias.

Leia mais no site do HP

Deputados australianos vão a Washington dizer “não à extradição de Julian Assange” e exigir sua liberdade

Uma delegação de 63 membros da Câmara dos Representantes e do Senado da Austrália assinaram uma carta de apoio a Julian Assange, fundador do WikiLeaks, na qual são unânimes em afirmar que “a acusação e prisão do cidadão australiano” pelo Governo norte-americano “deve acabar”.

O conteúdo da carta foi revelado pelo jornal The Guardian, no momento em que uma delegação australiana de diferentes partidos políticos se prepara para viajar a Washington na próxima semana para defender os interesses do jornalista. O grupo incluirá o ex-vice-primeiro-ministro e líder do Partido Nacional, Barnaby Joyce, os membros do parlamento Tony Zapia do Partido Trabalhista;

a deputada independente Monique Ryan; Alex Antic do Partido Liberal; e Peter Whish-Wilson e David Shobrbridge do Partido Verde.

Assange vem sendo punido pelos sucessivos governos estadunidenses por ter divulgado, a partir de 2010, centenas de milhares de arquivos do Pentágono com provando os crimes de guerra no Afeganistão, no Iraque – inclusive o assassinato de dois jornalistas da Reuters em Bagdá -, e no campo de concentração e tortura de Guantánamo. Os materiais também expõem casos em que a CIA se envolveu em tortura e rendição.

A delegação australiana deve reunir-se em Washing-

ton com membros da Câmara e do Senado, do Departamento de Estado e do Departamento de Justiça para condenar a extradição de Assange para os EUA e denunciar que o caso continua “há mais de uma década”, sendo “um erro” que a perseguição ao jornalista australiano continue por mais tempo e que lhe seja negada a liberdade, tendo em consideração a duração e as circunstâncias da detenção que já sofreu.

Além disso, os legisladores australianos alertaram “que não haja dúvidas de que se Julian Assange for transferido do Reino Unido para os EUA, haverá um protesto forte e sustentado na Austrália”.

Representante de dois terços da ONU e 79% da população mundial, o G77+China destaca a importância da tecnologia e do combate à pobreza

Contando atualmente com 134 Estados membros, representando dois terços da Organização das Nações Unidas (ONU) e 79% da população mundial, o G77+China fez importantes pronunciamentos nesta sexta e sábado (15 e 16) em defesa do desenvolvimento, da soberania e da democratização das relações internacionais, através do estabelecimento de um novo sistema de relações internacionais

O encontro aberto pelo presidente cubano Miguel Díaz-Canel apontou que a humanidade enfrenta hoje uma crise de gigantescas proporções e consequências imprevisíveis, em que os efeitos negativos gerados pela aplicação de uma ordem econômica internacional injusta, potencializados pela pandemia da Covid-19, atingiram níveis assustadores.

Diante destes desafios, assinalou Díaz-Canel, é preciso “colocar o papel da ciência, da tecnologia e da inovação como componentes essenciais do desenvolvimento”. “As conquistas nesta matéria são o que nos permitirá avançar nos objetivos de desenvolvimento sustentável”, sublinhou.

O dirigente cubano condenou a injusta e antidemocrática arquitetura financeira global vigente, bem como os efeitos adversos das mudanças climáticas e da degradação ambiental. “O aumento dramático e simultâneo da riqueza e da pobreza extremas, o peso crescente da dívida externa e a fragilidade dos sistemas de saúde e de educação são alarmantes”, sublinhou.

“Cabe ao Sul mudar as regras do jogo. Com o direito que temos como a grande maioria do G77 e as principais vítimas da crise multidimensional que o mundo está sofrendo. Exigimos a democratização pendente do sistema de relações internacionais”, enfatizou.

Em sua intervenção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, saudou Cuba, que “tem sido defensora de uma governança global mais justa e até hoje é vítima de um embargo econômico ilegal”. Para Lula, “o domínio tecnológico por um “punhado de economias ricas” é algo que precisa ser superado, pois é uma condição que “reedita a relação de dependência entre centro e periferia”.

BANCO MUNDIAL E FMI

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, reiterou a necessidade de modificar as condições financeiras que impõem organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com suas “lógicas ortodoxas” que levaram o mundo “a este estado de concentração de riqueza em uns poucos e a distribuição de pobreza em milhões de seres humanos”. “A primeira coisa que precisamos fazer é mudar o sistema financeiro internacional que segue operando com as mesmas lógicas de sempre”, disse.

Fernández também condenou o FMI por aplicar sobretaxas às nações endividadadas com os maiores empréstimos, situação que afeta países como o Equador, Barbados, Egito e o seu próprio país.

O líder argentino também questionou a Organização Mundial do Comércio (OMC), “que vê como os alimentos começam a ser objeto de especulação financeira e não faz nada, enquanto a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) anuncia uma fome de 400 milhões de seres humanos”. Por isso, conclamou, “os atores do Sul global devem fazer deste momento uma grande ferramenta, uma vez que os países centrais necessitam dos alimentos produzidos no nosso hemisfério”. E o momento de acabar com um “mundo dominante e um mundo dominado”, propôs, condenando o “vergonhoso bloqueio” a Cuba feito pelos Estados Unidos há mais de 60 anos.

O enviado especial do presidente chinês Xi Jinping, Li Xi, assinalou os esforços de Cuba para unir as forças dos países em desenvolvimento para enfrentar e superar os desafios globais. Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento, recordou, contribuíram com até 80% para o crescimento econômico global, com a cooperação Sul-Sul desempenhando um papel cada vez mais importante na dinâmica da ascensão coletiva.

Li Xi destacou que, como maior país em desenvolvimento e membro natural do Sul global, a China está disposta a trabalhar com o conjunto dos membros do G77 para abrir um novo capítulo em busca de maior solidariedade e desenvolvimento, numa etapa vantajosa para todos. “A China continua comprometida com a construção de um sistema de inovação tecnológica que seja aberto e inclusivo, para expandir os intercâmbios e a cooperação”, esclareceu.

NAÇÕES UNIDAS

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, felicitou Cuba pelo sucesso na sua presidência do grupo e agradeceu a calorosa hospitalidade e recepção. Guterres lembrou que há quase 60 anos um grupo de nações se reuniu para assinar o documento fundador do G77, havendo a determinação de remediar “séculos de injustiça e negligência”.

Diante de um contexto global de pobreza e fome em ascensão, de preços em disparada e desastres climáticos cada vez mais frequentes, o secretário-geral avaliou que “a conclusão é clara: o mundo está falhando com os países em desenvolvimento”.

Citando exemplos de visão e compromisso coletivo, o representante das Nações Unidas felicitou Cuba pelo sucesso no desenvolvimento das suas vacinas contra a Covid, que não apenas serviram ao seu povo, mas também ajudaram milhões de outras vítimas da desigualdade e acesso às vacinas.

Ao referir-se à necessidade de aumentar os fundos públicos nos países menos desenvolvidos, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro destacou que existem duas formas de aumentá-los: uma, como propõem os Estados Unidos e a Europa, nos endividando mais.

O vice-presidente da Bolívia, David Choquehuanca, defendeu que é “tempo de construir e reconstruir nosso caminho, desde nossas próprias raízes, pois somente desta forma a humanidade será livre. Do contrário, seguirá sendo submetida”. Dona de uma das maiores reservas de lítio do mundo, a Bolívia quer dar a sua contribuição para a construção de um novo tempo, virando a página de uma situação em que fomos submetidos como colônia e neocolônia.

OCUPAÇÃO DA PALESTINA

O presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, propôs que se melhore o acervo de conhecimentos e capacidades no domínio do desenvolvimento científico e tecnológico, destacando a necessidade de maior coordenação e integração para superar desafios e avançar na satisfação das aspirações dos nossos países e povos. Em relação à ocupação israelense, Abbas frisou que “o povo palestino, com o apoio do Grupo dos 77 e da China, está determinado a superar a injustiça histórica que sufocou o seu desenvolvimento e impediu as suas aspirações ao longo de todo um século”.

O presidente de Angola, João Lourenço destacou que o agravamento das tensões e conflitos geopolíticos, a aplicação de medidas ou iniciativas coercitivas unilaterais, o aumento exponencial da pobreza extrema, o peso crescente da dívida externa e a fragilidade dos sistemas de saúde e educação, alimentação e a insegurança energética, e a exclusão digital que se expressa pela

Viva o 7 de Setembro! Viva o Brasil! (2)

Continuação da edição anterior

Tropas portuguesas tentaram reagir à decisão de D. Pedro de se negar a ir para Portugal. A decisão tomada em 9 de janeiro de 1822 gerou uma tentativa de levante. Não se acovardaram os brasileiros. Milhares de pessoas tomaram o centro do RJ e expulsaram as tropas portuguesas

SÉRGIO CRUZ

A revolta surge com a proibição, pela Coroa, de qualquer produção no país que não fosse a extração de ouro e diamante para enviar a Portugal. Era uma ordem dada pela Inglaterra a Portugal para que proibisse a fabricação de tecidos em suas colônias. Nessa época a Inglaterra ainda brigava para destruir qualquer concorrência para só então virar o “baluarte do livre comércio” no mundo. Já havia destruído a nascente indústria têxtil na Índia e obrigou Portugal a impedir qualquer vestígio de produção de panos no Brasil.

As primeiras movimentações dos inconfidentes se dão em Vila Rica e no Rio de Janeiro, lideradas pelo alferes de cavalaria José Joaquim da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes, e em Coimbra, onde se encontravam vários estudantes brasileiros. Já em 1786, um ano após a proibição da Rainha I, se realizou nesta cidade portuguesa um encontro secreto de 12 brasileiros, liderados pelo estudante de medicina Joaquim da Maia. A reunião secreta contou com a presença de José Bonifácio, então estudante em Coimbra. O encontro, conhecido como “Pacto dos 12”, visava buscar apoio internacional para a independência do Brasil.

O movimento se inspirou no exemplo da expulsão dos holandeses, ocorrida há mais de cem anos, e da independência americana, ocorrida em 1776. As ideias iluministas, que redundaram na Revolução Francesa, tinham também forte influência sobre os revoltosos. O plano dos inconfidentes era expulsar os portugueses, decretar a independência, construir indústrias, implantar o ensino público, criar universidades e mudar a capital para o interior: Tiradentes já defendia a República e a abolição, mas essas ainda não eram bandeiras que pudessem unir todos os que lutavam pela independência.

INDEPENDÊNCIA E ABOLIÇÃO

Esta é uma questão importante. Nem todos os que lutavam contra o colonialismo português defendiam a mudança do regime escravista implantado no Brasil. Depois, com a independência, foi amadurecendo a necessidade de superação deste modo de produção pré-capitalista adotado no Brasil. Novas forças se constituíram para cumprir essa tarefa histórica de superar a escravidão. O vigoroso movimento Republicano/Abolicionista se desenvolveu e foi vitorioso em 1888, num outro salto de qualidade vivido pelo país.

Podemos fazer dois paralelos para compreender bem esta questão dos objetivos históricos e de quais forças políticas são incumbidas e podem conquistá-los. O primeiro exemplo é a ampla frente anti-imperialista que se formou no Brasil os últimos anos, e que vem atuando na garantia da democracia. Vários integrantes desta frente são anti-imperialistas, são democratas, mas ainda não abraçam a tarefa histórica da substituição do regime capitalista no país.

A tarefa da superação do caráter dependente do capitalismo brasileiro é hoje o que está na ordem do dia e é o que pode unir toda essa frente. É este o problema concreto que impede o avanço das forças



produtivas do país. Assim que essa dependência econômica, que asfixia o Brasil, for rompida, as transformações econômicas, sociais e políticas no sentido desta superação tendem a ocorrer com maior celeridade.

Um outro exemplo, também neste sentido, e que mostra que nem todos os que lutam contra o imperialismo defendem a superação do capitalismo é o caso que ocorre nos dias de hoje na Rússia, um país que já foi socialista e que retrocedeu ao capitalismo. Há um enfrentamento agudo deste país com o imperialismo norte americano – inclusive com uma guerra violenta de agressão da OTAN contra ele – e, no entanto, a direção do país, capitaneada pelo presidente Vladimir Putin e seu partido, Rússia Unida, ainda acredita que pode manter o regime capitalista no país eurasiático.

Mas, voltando à nossa Inconfidência Mineira. Houve a pérfida traição de Silvério do Reis, que se vendeu à Coroa, e o movimento foi derrotado. Tiradentes foi enforcado e esquartejado e os demais revoltosos, exilados. A crise revolucionária que se abriu com a proibição da produção de tecidos e ferramentas no Brasil e a repressão violenta que se impôs ao país somados à insubordinação que tomou conta dos brasileiros, criou uma situação em que os de cima não conseguiam governar e os de baixo não se deixavam dominar.

Esta situação revolucionária só teve um desfecho 30 anos depois, com a vitória da luta pela independência. A crise de dominação também se agravou com a invasão napoleônica e a transferência da Corte para o Brasil.

A REVOLTA DOS ALFAIATES

Só seis anos após o enforcement de Tiradentes, explode a Revolta dos Alfaiates, na Bahia. Um movimento político libertário ocorrido em Salvador, em 1798. Tinha também como objetivo a Independência de Portugal. Teve um caráter marcadamente popular e já defendia a abolição da escravatura. Influenciada pela Revolução Francesa e pela Revolução Haitiana, a Conjuração Baiana foi fortemente reprimida. Seus membros foram presos e, em 1799, os líderes do movimento foram condenados à morte ou ao exílio. Neste episódio foi preso o médico Cipriano Barata, que depois seria eleito para as Cortes de Lisboa, infernizando os deputados portugueses.

Reprimida a rebelião, as prisões sucederam-se e o movimento foi desarticulado. Foram presas 49 pessoas, das quais três eram mulheres, nove escravizados e outros homens livres que exerciam profissões como alfaiates, barbeiros, soldados, bordadores e pequenos comerciantes. Os principais envolvidos foram julgados e condenados à morte. No dia 8 de novembro de 1799, um ano e dois meses depois dos acontecimentos, os acusados foram declarados culpados por traição.



Desta maneira, receberam a pena de morte por enforcement e depois esquartejados: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira. Os corpos foram expostos em diversos locais da cidade de Salvador para servir de exemplo a possíveis ‘subversivos’.

A vinda da Corte Portuguesa – fugindo de Napoleão – para o Brasil em 1808 não arrefeceu a crise que vinha se gestando no país desde o final do século anterior. Pelo contrário, ao ser elevado à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, o país almejou ainda mais a sua independência política. As contradições entre a espoliação portuguesa e as aspirações dos brasileiros só aumentaram e ficaram mais agudas.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Em 1817 explode a Revolução Pernambucana. A Capitania de Pernambuco, então a mais lucrativa da colônia, era obrigada a enviar para a Corte no Rio de Janeiro grandes somas de dinheiro para custear a Coroa. Os revolucionários, oriundos de várias partes da colônia, tinham como objetivo principal a conquista da Independência do Brasil.

A repressão também foi violenta. Quatorze revoltosos foram executados pelo crime de lesa-majestade (a maioria enforcados e esquartejados, enquanto outros foram fuzilados), e centenas morreram em combate ou na prisão. Antônio Carlos Andrada, irmão de José Bonifácio, líder maior da independência, foi preso durante a rebelião e passou quatro anos numa cela antes de se somar ao irmão mais velho na luta vitoriosa pela independência do Brasil.

A prisão de Antônio Carlos em Pernambuco fez com que José Bonifácio tentasse apressar a sua volta ao Brasil, mas ele só chega ao país em 1819. Ele ficara em Portugal por orientação do então Ministro de Assuntos Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro que o considerava um brasileiro muito “perigoso”. “Se ele estando aqui já nos causa tantos problemas, imagine se retornar ao Brasil”, disse ele a um auxiliar, ao solicitar que Bonifácio aprofundasse seus estudos de mineralogia viajando para diversos países da Europa.

OS IRMÃOS ANDRADAS E A INDEPENDÊNCIA

José Bonifácio participou do “Pacto dos 12” em Coimbra. Ele, no entanto, achava que os caminhos para a libertação do Brasil deveriam ser diferentes do que foi defendido pelos inconfidentes naquela ocasião. Bonifácio era um defensor ferrenho da abolição da escravatura e considerava que a monarquia era o melhor regime para garantir a unidade nacional brasileira. Sua estratégia de luta pela independência passava, pelo menos nas

fases iniciais, pela manutenção da monarquia. A diferença com os inconfidentes estava numa ruptura – preferida por Bonifácio – um pouco menos abrupta com a Coroa portuguesa.

Até mesmo a condição de Reino Unido era avaliada por ele como um caminho possível para a conquista da independência política do Brasil. A “traição” das Cortes de Lisboa, constituídas após a Revolução do Porto, e a tentativa por parte dos deputados portugueses de recolônizar o Brasil, levou José Bonifácio a reavaliar esta estratégia. Ele, seu irmão Martin Francisco e Antônio Carlos, este libertado em 1821, mergulharam de cabeça na luta contra as cortes portuguesas e suas artimanhas contra a independência do Brasil.

Em 1821, enquanto no Brasil os diversos estados, influenciados pelos ares constitucionistas nascidos da Revolução do Porto, elegiam suas assembleias, essas mesmas Cortes de Lisboa exigiam que D. João VI retornasse a Portugal e jurasse fidelidade a uma constituição que ainda nem havia sido escrita. Quando ficou claro que os “constitucionalistas” de Lisboa estavam tentando impor ao Brasil uma espécie de desforra e de reconquista, o clima se agitou no país. Principalmente depois da partida de D. João VI para Portugal em 24 de abril de 1821.

José Bonifácio conseguiu unir São Paulo e, com seu irmão Martin Francisco, se tornaram as principais lideranças de um estado que enfrentou as artimanhas de Lisboa e fortaleceu o poder central sediado no Rio de Janeiro. Seis deputados paulistas foram eleitos para participar do “Soberano Congresso” em Lisboa. Entre eles estavam Antônio Carlos, recém saído da prisão, Padre Diogo Antônio Feijó, futuro regente do Império e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, depois senador e membro da Regência Provisória de 1831.

CORTES DE LISBOA E A RECOLONIZAÇÃO

O “Patriarca” foi o redator do documento que serviu de guia para os deputados paulistas. Nele estava um vasto programa levando em conta vários problemas a serem enfrentados pelo Brasil em seus primeiros passos como nação independente. Nesta altura, Bonifácio ainda trabalhava com a ideia, constituída em 1815, de Reino Unido. Havia uma grande preocupação com a unidade territorial. As Cortes de Lisboa não deram a menor atenção ao conteúdo das propostas dos brasileiros.

Antônio Carlos fez vários pronunciamentos combatendo a prepotência lusitana e passou a informação a José Bonifácio de que as Cortes de Lisboa estavam com as piores intenções. Os brasileiros eram desprezados e humilhados pelos portugueses, que demonstravam empenho em cortar qualquer autonomia do Brasil.

Bonifácio percebeu que havia

uma obstinada tentativa de recolonizar o Brasil. Em verdade, as medidas votadas sucessivamente pelos deputados de Lisboa tinham sempre o mesmo objetivo: desunir e desarticular o Brasil, fazê-lo novamente a colônia que fora durante três séculos de domínio e exploração. O “patriarca” viu na atitude dos portugueses a centelha que desencadearia o impulso definitivo da emancipação brasileira.

MOBILIZAÇÕES NO RIO DE JANEIRO

As mobilizações se intensificaram. O Rio de Janeiro pensou em declarar a independência já em 1821. O povo na rua encurralou as tropas portuguesas que se haviam rebelado contra o governo. Na Bahia havia uma junta pró-Portugal, que posteriormente seria derrotada pelos heróis de Pirajá, e em Pernambuco, o sentimento independentista era muito forte. Minas seguia Rio e São Paulo na posição pela independência.

No afã de tomar medidas contra o Brasil, os legisladores portugueses extinguíram a Regência e exigiram que D. Pedro I deixasse imediatamente o Brasil e fosse para Portugal. Resolveram extinguir também totalmente os tribunais do Rio de Janeiro. Quando se teve notícia no Rio de Janeiro da abolição da Regência e da exigência da partida de D. Pedro, cresceu intensamente a mobilização entre os patriotas brasileiros. Em outras províncias, as reações foram as mesmas.

Em carta redigida pelos paulistas e endossada por outras províncias, endereçada a D. Pedro, José Bonifácio mostra toda a sua indignação com as atitudes dos portugueses e diz ao monarca: “apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização do governo das províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nele exarado o sistema de anarquia e da escravidão (...) o segundo nada menos pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e até deixar-nos em mísera orfandade (...)”

“Como agora esses deputados de Portugal, sem esperar pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província e de um reino inteiro? (...) como ousam desmembrá-lo em porções desatadas e isoladas, sem lhe deixarem um centro comum de força e união? (...) V.A. Real deve ficar no Brasil quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes não só para o nosso bem geral, mas até para a independência futura do mesmo Portugal”. Com a carta de Bonifácio e a decisão de ficar no Brasil, D. Pedro I dava o primeiro passo até a ruptura completa.

EXPULSÃO DOS PORTUGUESES

José Bonifácio foi nomeado ministro do Reino e dos Es-

Pintura “Independência ou Morte”, de Pedro Américo

trangeiros. Nesta condição, ele teve um papel de destaque nas batalhas decisivas que levaram à independência do Brasil. Tropas portuguesas tentaram reagir à decisão de D. Pedro de se negar a ir para Portugal. A decisão tomada em 9 de janeiro de 1822 gerou uma tentativa de levante. Não se acovardaram os brasileiros. Milhares de pessoas tomaram o centro do Rio de Janeiro e expulsaram as tropas portuguesas. Depois disso, já sob o comando de Bonifácio, foi dada a ordem de que nada vindo de Portugal deveria ser obedecido.

Em 26 de janeiro, um grande comício foi realizado no Paço. Era a entrega da representação da província de São Paulo dando respaldo às decisões do monarca. Durante o ano foi convocada a Constituinte e províncias antes rebeldes, como Pernambuco, aderiram à independência e a D. Pedro. Bonifácio montou tropas para combater as forças portuguesas que se haviam transferido para a Bahia e se recusavam a obedecer ordens do governo central com sede no Rio de Janeiro. O general Madeira (Inácio Luís Madeira de Melo) e seus asseclas faziam o jogo sujo de Portugal.

Na condição de ministro, José Bonifácio tomou medidas fundamentais para a defesa da Independência do Brasil. Declarou inimigas quaisquer tropas que Portugal mandasse para o Brasil. Baseado nesta medida, D. Pedro baixou o decreto de 1º de agosto praticamente declarando guerra a Portugal. Este decreto foi interpretado como uma indireta declaração de independência. Em 6 de agosto é lançado o manifesto aos povos do mundo, redigido por Bonifácio, onde o Brasil já se apresenta ao mundo como uma nação independente. Daí ao “7 de Setembro” foi só uma questão de tempo.

JOSÉ BONIFÁCIO EXILADO

As propostas dos Andradas, particularmente as de José Bonifácio, para a Assembleia Constituinte, que havia sido convocada como consequência das conquistas políticas obtidas até então, mostraram que a abolição da escravatura, defendida enfaticamente por José Bonifácio, não era ainda majoritária entre as forças que estavam unidas pela independência. Aliás, a realidade mostrou que era bem minoritária.

As forças unidas na luta pela Independência defendiam a permanência da escravidão. Eles envolveram D. Pedro I que passou a agir para isolar as posições dos Andradas. A Constituinte acabou fechada e os irmãos Andradas exilados por longos seis anos. Mas este é um assunto para ser tratado em outro momento. A Independência do Brasil já estava conquistada.